



40
anos



anpr

Associação Nacional dos
Procuradores da República



Relatório de Gestão

Biênio 2011/2013

Relatório de Gestão - Biênio 2011/2013

Presidente

Alexandre Camanho de Assis (PRR1)

Vice-Presidente

José Robalinho Cavalcanti (PR/DF)

Diretor de Comunicação Social

Alan Rogério Mansur (PR/PA)

Diretor para Aposentados

Antônio Carneiro Sobrinho (PRR1-aposentado)

Diretora-Secretária

Caroline Maciel (PR/RN)

Diretor Financeiro

Gustavo Magno Albuquerque (PR/RJ)

Diretor de Assuntos Legislativos

José Ricardo Meirelles (PRR3)

Diretora Cultural

Monique Cheker de Souza (PR/RJ)

Diretor de Assuntos Corporativos

Roberto Thomé (PRR4)

Diretor de Assuntos Institucionais

Tranvanvan Feitosa (PR/PI)

Diretor de Assuntos Jurídicos

Vladimir Aras (PR/BA)

Diretora de Eventos

Zani Cajueiro (PR/MG)

Edição:

Rafania Almeida, Renata Freitas Chamarelli, Shirley de Medeiros e Sylvia Dimitritia

Textos:

ANPR

Projeto Gráfico:

Pedro Lino

Contato:

SAF Sul Quadra 4 Conjunto C Bloco B Salas 113/114 – Brasília (DF)

Cep 70.050-900

Fone: 61 – 3961-9025

Fax: 61 – 3201-9023

e-mail: imprensa@anpr.org.br

Twitter: @Anpr_Brasil

Facebook: ANPRBrasil

www.anpr.org.br

Sumário

Carta do Presidente.....	5
Assessoria de Comunicação	12
Assessoria da Diretoria	18
Assessoria Financeira	22
Assessoria Institucional	24
Assessoria Jurídica	33
Assessoria Parlamentar	63
Responsabilidade Social	69
I Prêmio República de Valorização do Ministério Público Federal	74



Interlocução com a presidente da República, Dilma Rousseff



Diálogo aberto com o vice-presidente da República, Michel Temer

Carta do Presidente

A ANPR procurou, no biênio 2011/2013, atuar em novas frentes, apresentar serviços diferenciados, bem como fortalecer e intensificar aqueles já prestados aos associados. A aproximação foi a nossa meta: fazer com que todos os associados sintam-se participantes da gestão e convidados a trabalhar junto conosco no aprimoramento de nossas ações.

Agradeço, primeiramente, aos inúmeros associados que colaboraram com ideias, notas técnicas, projetos e memoriais, e que representaram a ANPR em inúmeros eventos e comissões. O esforço conjunto permitiu que a Associação Nacional dos Procuradores da República pudesse fruir de inédito prestígio em âmbito nacional.

É tempo, portanto, de enumerar algumas das muitas frentes de atuação da ANPR durante este biênio, registrando as boas práticas e permitindo que as próximas gestões possam, no futuro, aperfeiçoá-las.

O início da gestão foi marcado pela celebração dos 30 anos de nossa Associação Nacional: exatamente em 1981, a ANPR estabeleceu representantes em todos os estados do país, fortalecendo o sistema democrático para a eleição do Colégio de Delegados. Com isso, a entidade ganhou uma nova logomarca comemorativa para divulgar este acontecimento, aproveitando o ensejo para enaltecer a República, a fim de que toda a sociedade guarde a lembrança de que seus procuradores estão em permanente embate para resguardá-la e os seus valores mais caros.

Foi feita a alteração de nosso site, tornando-o mais atrativo, com novos serviços, promovendo maior interlocução com nossos associados. Também foram criados perfis da ANPR nas redes sociais – Twitter e Facebook – e diversificados os serviços na área de comunicação social, com divulgações de vídeos no Youtube, e aprimoramento da interlocução com as mais diversas empresas jornalísticas – o que rendeu a propagação das ações da ANPR em nível nacional. Outro mérito da área foi a criação da Revista – A República – disponível em meio impresso e eletrônico, bem como novos informativos diários, especiais e semanais – estes últimos impressos e enviados aos associados aposentados e pensionistas.

A Assessoria Jurídica, já na primeira semana de gestão, cuidou de encaminhar pedidos de preferência em todos os processos da ANPR que estavam sem sofrer movimentação. Criou, em nosso sítio, minuta de ação judicial, para que os associados que tivessem interesse pudessem ajuizar ações postulando a concessão de ajuda de custo nas remoções a pedido. Além disso, providenciou a minuta de notas técnicas acerca de relevantes projetos de lei e propostas de emendas à Constituição.

Entreguei pessoalmente ofício à presidente da República, que chancelou a Lista Tríplice elaborada pela ANPR para a escolha do procurador-geral da República, e agendei reuniões com parlamentares de todas as frentes, a fim de tratar dos mais variados temas – especialmente do subsídio.

Obtivemos a inclusão do procurador-geral da República na PEC 05/2011, que equipara os vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal aos dos membros do Congresso Nacional e do presidente da República.

A Diretoria da ANPR promoveu a criação de diversas Comissões: de Remuneração e Prerrogativas, integrada pelos associados Luiz Lessa, Peterson de Paula Pereira e Nara Dantas; de Assuntos Institucionais, integrada pelos associados Anderson Lodetti, Eduardo Botão Pelella e Gustavo Nogami; Tempo-

rária Plan-Assiste, integrada pelos associados Blal Yassine, Maria Emília de Araújo e Pedro Machado, e Temporária Auxílio-Moradia, integrada pelos associados Sérgio Medeiros, Edmilson Barreiros Júnior e Márcio Barra Lima.

Ressalto, inclusive, o bom termo das Comissões Temporárias, que apresentaram relatórios notavelmente densos e fundamentados em prol de reformas no Plan-Assiste e na atual sistemática do auxílio-moradia. Ambas as propostas tiveram memorável êxito, tendo o procurador-geral da República acatado diversas sugestões ali constantes, estando, ainda, em estudo o aperfeiçoamento da atual portaria que rege o auxílio-moradia em relação à sua concessão ao fundamento da onerosidade excessiva.

A ANPR providenciou a aquisição de novos computadores e equipamentos de informática para a Associação, a fim de que as assessorias pudessem prestar serviço mais célere e eficiente. Alterou o layout das salas da ANPR, adquiriu novo mobiliário, encaminhou aos diretores e delegados equipamentos para realização de reuniões virtuais. Fez completa reestrutura administrativa e financeira – o que permitiu que saísse da era do “cheque” e passasse a fazer completo controle digital e uso dos sistemas modernos para o acompanhamento de nossas operações financeiras. Ajustou a plataforma de controle de processos (Sistema A1B2), contratou empresa para fornecer o sistema de videoconferência, alterou contratos – o que permitiu a redução de despesas –, e incrementou a transparência da Associação, com a divulgação de todos os balancetes mensais no site.

A Assessoria da Diretoria centralizou as reuniões de diretores, delegados, comissões e mobilizações, o que ensejou a contratação de tarifas especiais e a contratação de parcerias para bloqueios de grupos para hospedagens e transportes.

Em setembro de 2011, a ANPR promoveu – com as demais associações de classe do Ministério Público e do Judiciário –, o Dia de Mobilização pela Valorização da Magistratura e do Ministério Público. O evento contou com a presença de mais de 1.500 juízes e membros do Ministério Público em defesa de uma política remuneratória clara; de segurança no trabalho; de garantias previdenciárias, direito à saúde e melhor estrutura de trabalho.

Em relação ao XXXVIII ENPR, ressalto que, diante do recebimento de notícias acerca das condições em que se encontrava o hotel escolhido, nós da ANPR promovemos nova consulta e alteramos o local do Encontro para o Vila Galé Cumbuco (CE) – recém-inaugurado e eleito, em 2011, pela Revista 4 Rodas o melhor resort do ano. O Encontro Nacional teve por tema a “Segurança Pública” e contou com diversas autoridades, entre elas, o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrami. A ANPR teve por foco a redução significativa de despesas relativas ao ENPR, sem que isso comprometesse a qualidade dos serviços oferecidos. Foi inaugurada, ainda, uma nova prática: a de promover a consulta do local que sediará o próximo Encontro durante o evento e divulgar o resultado na festividade de encerramento.

A Associação encampou, ainda, ofício decorrente de estudos da gestão anterior sobre o pagamento da gratificação pelo exercício extraordinário, bem como pelo exercício das chefias, o que culminou com a apresentação, pelo procurador-geral da República, dos Projetos de Lei 2201/2011 e 2202/2011, em tramitação no Congresso Nacional.

Por intermédio da Assessoria Parlamentar e da ASSART-PGR, foram elaborados mais de oito votos em separado pela ANPR e apresentados por diversos parlamentares sobre projetos de lei e propostas de Emendas à Constituição de relevante interesse para a carreira.

O procurador-geral da República recebeu requerimentos, feitos pela entidade de classe, relativos à concessão de ajuda de custo na remoção a pedido – postulação que, posteriormente foi encaminhada ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) –; à compensação de plantões; à indenização pela utilização de veículo próprio; e ao prazo de fruição da licença-prêmio.

Ao Conselho Superior do MPF (CSMPF), foram enviadas duas propostas de resolução: a primeira, sugerindo reformas no atual sistema de itinerância, e a segunda – já acolhida pelo CSMPF –, que estabelece o gatilho para a promoção de concurso para o provimento de cargos de procurador da República, sempre que o número de vagas exceder a 10%.

No CNMP, a ANPR apresentou sugestões às propostas de resolução em tramitação, bem como me-

moriais em casos relevantes; entre eles, ressalte-se, o apresentado a partir da Nota Técnica elaborada pela associada Geisa Rodrigues, relativamente à questão da recomendação e o memorial referente ao assento do membro do Ministério Público imediatamente ao lado e à direita do juiz. Quanto a este último, o CNMP reforçou a prerrogativa ministerial e pediu providências ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Foram encaminhados, ainda, memoriais ao CNJ relativamente à prerrogativa de assento do membro do Ministério Público; enviamos ao Tribunal Superior Eleitoral memorial defendendo a atuação dos membros do Ministério Público Federal em matéria eleitoral e promovemos sustentação oral e apresentação de memoriais em julgamento no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a fim de unificar, naquela Corte, o entendimento relativo à concessão de ajuda de custo na remoção a pedido, no que tivemos pleno êxito.

No ano de 2012 – igualmente marcado por inúmeros acontecimentos –, a Diretoria da ANPR continuou empenhada na luta pelos subsídios. Além de auxiliar na elaboração do Mandado de Segurança nº 31.618, impetrado pelo procurador-geral da República, a ANPR concebeu memorial e o apresentou ao ministro relator, Joaquim Barbosa. Além disso, impetrou o Mandado de Injunção 5017, e postulou preferência ao procurador-geral da República na apreciação dos Mandados de Injunção nºs 2.773 e 4.068. Não apenas isso: encaminhou ofícios fornecendo dados técnicos e estatísticos relativos à defasagem dos subsídios às mais diversas autoridades, pertencentes ou não aos quadros do Ministério Público, além, é claro, de intensificar o diálogo com parlamentares e membros do Executivo – entre eles, o vice-presidente da República, Michel Temer, com quem manteve permanente e profícua interlocução.

A Associação criou três novas comissões no ano de 2012:

- a Comissão Temporária para auxiliar na elaboração de Nota Técnica para o Código Penal, integrada pelos Diretores José Robalinho Cavalcanti, Vladimir Barros Aras e pelos associados Leonardo Costa, Roberto Moreira, José Maria Panoeiro, Patrick Salgado e Eduardo Pelella, tendo, ainda, recebido valiosas contribuições dos associados Luiz Lessa, Paulo Vasconcelos Jacobina e Rafael Rayol. O grupo ainda não terminou seus trabalhos, mas já encaminhou diversas conclusões ao associado Douglas Fischer, que assessora o relator do PLS 236, em tramitação no Senado Federal, para avaliação do tema.

- a Comissão de Defesa das Atribuições Coletivas, integrada pelos associados Anderson Vagner Gois dos Santos, Antônio do Passo Cabral e Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva;

- a Comissão de Defesa das Atribuições Criminais, integrada pelos associados Marcelo de Figueiredo Freire, Gustavo Velloso e Hélio Telho Corrêa Filho.

Relativamente à defesa das atribuições criminais, ênfase a atuação da ANPR no Judiciário, com a apresentação de memorial no RE 393727 e no Congresso Nacional, com o encaminhamento de quatro notas técnicas sobre a PEC 37/2011, como também sobre diversas outras propostas que afetam a atuação do Ministério Público na Investigação Criminal, entre elas: os PLS 124/2011, PL 1947/2007, PL 947/2007, PL 6578/2009, PL 410/2010, PL 7193/2010 e PEC 293/2008. Destaco o envio de notas técnicas em propostas apresentadas pela Defensoria Pública que buscam equiparação ao Ministério Público, como a PEC 487/2005, a PEC 525/2010 e a PEC 488/2010.

Houve ainda a mobilização em mídias sociais e o engajamento para campanhas internas e externas em prol da conscientização da nocividade da PEC 37/2011: diversas organizações e entidades aderiram às nossas campanhas, tendo expressamente manifestado seu apoio contra esta proposição. No site, foi criado um espaço especial para a divulgação de informações relativas à PEC 37/2011. Também ocorreu o lançamento da Revista Jurídica Digital Omnes, para a publicação dos artigos jurídicos dos associados.

Em 2012, celebrou-se a chegada de mais de 70 novos membros, oriundos do 25º Concurso. O cadastro de associados foi atualizada e novas informações sobre os editais dos concursos de remoção estão disponíveis na página da ANPR.

A ANPR inaugurou um novo espectro de atuação: o da Responsabilidade Social. A associação fez parcerias com diversas entidades: CUFA/DF – Central Única de Favelas –, o Greenpeace, o Instituto Inovare, a Viva Rio, a Escola de Gente, a ONU Mulheres, o Instituto de Fiscalização e Controle, os Médicos Sem Fronteiras, o Instituto Mundial para as Relações Internacionais, a UNESCO, a ABRACE, a Anistia Internacional e a ONU Habitat. Foram feitas campanhas para arrecadação de alimentos, livros, brin-



Aproximação com o Supremo Tribunal Federal



Código Florestal foi discutido com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira



Reunião com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo

quedos, roupas e agasalhos, distribuídos para comunidades e instituições carentes de vários lugares do Brasil.

Os associados contam uma nova página de convênios – Clube de Vantagens ANPR –, bem mais atrativa e moderna. A parceria com a empresa Dynamus Clube permitiu incremento exponencial nos convênios, oferecendo mais de cem novos serviços e vantagens. A partir dela, o associado pode imprimir diretamente sua declaração – serviço que, ao mesmo tempo, confere maior celeridade e autonomia.

Também é destaque o I Curso de Verão, em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que teve por tema “Concorrência dos Ordenamentos Jurídicos”. O curso teve a duração de três dias e contou, na docência, com a participação do jurista e professor José Joaquim Gomes Canotilho, Ministros do STF e do STJ participaram, assim como o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Além de acompanhar os pedidos em curso, de oferecer sugestões ao CNMP e de apresentar memoriais diversos, foram propostos ao referido Conselho requerimentos para viabilizar o fracionamento de férias e para que seja indenizada a licença prêmio e as férias não-fruídas. Foi enviada ao CNJ sugestão de rever resolução que dispõe sobre o destino da transação penal

Não apenas isso: entre de outras manifestações relativas a propostas em curso e feitos de interesse de associados, a ANPR apresentou ao CSMPF proposta de resolução para regulamentar o exercício do plantão – atualmente em debate pelo referido Conselho – e para regulamentar o afastamento para participação de membros em cursos no exterior. Encaminhou, ao procurador-geral da República, proposta de alteração do regimento do Superior Tribunal de Justiça, a fim de ver resguardada a paridade entre os membros do MP dos Estados e os do MPF que compõem aquela Corte.

Reforçou a atuação da Assessoria Jurídica, que digitalizou todos os processos internos a seu cargo, facilitando, dessa forma, consulta e acompanhamento das diversas ações judiciais de interesse da ANPR.

Em 2012, a ANPR apresentou não apenas notas técnicas sobre projetos em curso, mas minutas de projetos de lei de temas relevantes. Há de se ressaltar, nesse aspecto, a proposta de tipificação de terrorismo e crimes correlatos, que está, atualmente, sob análise do ministro da Justiça, e a contribuição do associado Roberto Dassié Diana, que apresentou sugestão para alteração na composição do CNMP.

É importante salientar o incremento de requerimentos administrativos, como a concessão do auxílio-moradia; o pagamento de licença-prêmio em pecúnia; e a alteração na portaria que disciplina a concessão de licença-adoptante. A ANPR também encaminhou e teve sucesso no requerimento para revisão da portaria que regulamenta o pagamento de diárias.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, após pedido de preferência apresentado pela ANPR, apreciou recurso interposto pela União e negou-lhe provimento, mantendo entendimento já manifestado em 1ª instância de que não é possível o pagamento das diárias em percentual inferior a 50%. Diante desta decisão e de novo requerimento apresentado pela ANPR, o Procurador-Geral da República editou nova portaria, regulamentando a matéria no molde do quanto foi decidido.

A atuação parlamentar incrementou os serviços aos associados: foram publicadas, em nosso sítio, tabelas notificando andamento de projetos de lei e propostas de emenda à Constituição de interesse, notas técnicas e identificação de projetos prioritários para consulta de toda a classe. Vários foram os projetos que tiveram votação obstaculizada por intermédio da Assessoria Parlamentar, ou que ingressaram em pauta atendendo pedido do presidente, da Diretoria e da Assessoria Parlamentar, conforme o interesse da ANPR. Ressalta-se a apresentação de voto em separado pelo deputado Alessandro Molon, nos termos de minuta elaborada pela ANPR sobre a PEC 37/2011.

Em 2012, a ANPR praticamente dobrou o número de reuniões de Diretoria e do Colégio de Delegados: foram sete reuniões da Diretoria e quatro do Colégio de Delegados.

O XXIX ENPR teve por tema o Desenvolvimento Sustentável e ocorreu em Porto de Galinhas (PE). O Encontro contou com a presença de autoridades e especialistas, entre eles, a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, que proferiu a palestra inaugural. O ENPR foi estruturado em três hotéis localizados na praia de Muro Alto: Summerville Resort, Beach Class Resort e Marulhos. O Encontro contou com a apresentação da Orquestra Cidadã, da Ciranda de Lia e show de encerramento com Nando Reis.

A ANPR promoveu, com a Procuradoria-Geral da República, a celebração dos 40 anos do primeiro

concurso para procurador da República. O evento contou com a presença dos aprovados no referido concurso, ocasião em que foram homenageados.

Em Dezembro de 2012, ocorreu a Assembleia Geral Extraordinária, que culminou com a autorização para a proposição de três ações judiciais:

- a) para postular indenização pela afronta ao artigo 37-X da Constituição (revisão geral anual dos subsídios) – ação ajuizada em 07/03/2013;
- b) para requerer a não-incidência de imposto de renda sobre o terço constitucional de férias – ação ajuizada em 10 de maio de 2013;
- c) para equiparar os vencimentos percebidos pelos membros do Ministério Público àqueles pagos aos membros do Legislativo – esta última ação aguarda negociação relativa aos honorários.

O ano de 2013, a despeito de ter iniciado há pouco, já registra inúmeros acontecimentos, mantendo o compromisso desta gestão de constante aprimoramento e apresentação de novos serviços.

Foram apresentados requerimentos e pedidos de preferência ao CNMP e ao CNJ; neste último, requerendo, inclusive, a intervenção em procedimento que determina a submissão do membro do Ministério Público a sistema detector de metais.

Destaque também para o encaminhamento de memoriais elaborados pelo associado Daniel Sarmiento relativamente aos Mandados de Injunção 2773, 4068 e 5017, em curso no STF, acerca da questão remuneratória dos membros do MPF.

Entre outros, houve a apresentação, ao procurador-geral da República, de requerimento para regulamentar o pagamento de adicional de penosidade aos membros que atuam em área de fronteira e para regulamentação das diárias internacionais.

A entidade fez ainda levantamento de todas as parcelas pagas aos membros do Ministério Público dos Estados, no intuito de verificar a possibilidade de extensão/concessão de benefícios semelhantes ou alteração nos regulamentos que disciplinam vantagens já concedidas aos membros do MPF.

Os mais de 80 aprovados no 26º Concurso, receberam as boas-vindas da ANPR, que participou ainda do curso de ingresso e vitaliciamento promovido pela ESMPU.

Relativamente à formação de Lista Tríplice pela ANPR, há ressaltar que, pela primeira vez, foram realizados debates entre os candidatos em cinco capitais brasileiras: Brasília, Porto Alegre, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, o que permitiu a maior divulgação das ideias dos candidatos – Rodrigo Janot, Ela Wiecko, Deborah Duprat e Sandra Cureau – sobre os rumos do MPF e do Ministério Público da União. Reforçou-se, assim, a legitimidade da consulta feita pela ANPR, que contou com a participação de mais de 880 associados, em detrimento de outras promovidas pelas demais associações. Manteve-se o permanente contato com o Ministério da Justiça e com a Casa Civil, tendo já sido iniciado o procedimento para a escolha, pela presidente da República, do próximo procurador-geral.

Ocorreu a eleição para escolha do Colégio de Delegados e da Diretoria no biênio 2013/2015, tendo sido chancelada novamente pela classe a Chapa “Nova ANPR” que se compromete, desde logo, a manter o compromisso de apresentar sempre novas metas, rumos e serviços aos associados.

Iniciativa de grande relevância neste ano, o I Prêmio República de Valorização do Ministério Público Federal contou com a presença de autoridades importantes como o presidente do STF, Joaquim Barbosa, e o ministro do STJ Herman Benjamin. A ANPR recebeu quase 40 inscrições nas categorias Constitucional e Princípios Institucionais, Consumidor e Ordem Econômica, Criminal e Controle Externo da Atividade Policial, Direitos do Cidadão, Índios, Comunidades Tradicionais e Minorias, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e Patrimônio Público e Social.

A realização do I Encontro Internacional de Procuradores da República, cujo tema foi Patrimônio Cultural, também é mérito da atual gestão. O Encontro teve lugar na Itália, com duração de dez dias, e contou com atividades científicas, promovidas em parceria com a Accademia dei Licei em Roma, e atividades culturais e de lazer nas cidades de Nápoles, Pompeia, Sorrento, Capri, Costa Amalfitana, Roma e Florença. Também foram abertas inscrições para o II Curso de Verão, promovido em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Já no início deste ano, ocorreram duas reuniões presenciais da Diretoria e uma do Colégio de De-

legados. Nessa oportunidade, além de discutir assuntos diversos afetos à carreira, propiciou-se o engajamento e a participação dos Delegados em mobilização contra a PEC 37/2011.

A mobilização ocorreu nos estados e em Brasília, onde procuradores da República e promotores de Justiça participaram de Seminário e manifestaram-se no Congresso Nacional – quando foram recebidos pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e outros parlamentares. A ocasião permitiu a conquista de um espaço maior do tema na mídia, promovendo a conscientização da sociedade sobre o risco da chamada “PEC da Impunidade”.

As atividades em comemoração aos 40 anos da ANPR começaram em 2013 com a apresentação de uma nova logomarca em celebração a este acontecimento. A associação está em permanente contato com a Procuradoria-Geral da República para promover atividades diversas também em celebração dos 20 anos da Lei Complementar 75/1993.

A Diretoria da ANPR inovará no tema abordado para a 30ª edição do ENPR – “Cidadania e a atuação ministerial”. O encontro dar-se-á no Transamérica Ilha de Comandatuba, localizado no Município de Una (BA).

Encerro esta apresentação reforçando o compromisso da transparência. Os investimentos são da ordem de R\$ 335.702,61 em: aquisição de automóvel para uso institucional; modernização do parque tecnológico com a compra de novos computadores, novo site; reformas estruturais; entre outros. Contudo, isso não significou uma diminuição da Conta Ordinária da ANPR. Em 2011, o saldo das aplicações financeiras era de R\$ 1.678.746,48. E, na conta do FAJ, era de R\$ 1.594.217,52. Enceramos a gestão com R\$ 1.657.199,42 na Conta Ordinária, e de R\$ 1.921.249,97, na conta do FAJ.

A ANPR conta com todos os associados para que continuem próximos e atuantes, auxiliando a entidade na busca da valorização da carreira dos procuradores da República e na permanente defesa de nossas prerrogativas.

Agradeço, por fim, às inestimáveis contribuições apresentadas por todos os membros da Diretoria:

Vice-Presidente – José Robalinho Cavalcanti

Diretor de Assuntos Jurídicos – Vladimir Barros Aras

Diretor de Comunicação Social – Alan Rogério Mansur Silva

Diretor para Aposentados – Antônio Carneiro Sobrinho

Diretora-Secretária – Caroline Maciel da Costa

Diretor Financeiro – Gustavo Magno G. Briggs de Albuquerque

Diretor de Assuntos Legislativos – José Ricardo Meireles

Diretora Cultural – Monique Cheker de Souza

Diretor de Assuntos Corporativos – Roberto Luís Oppermann Thomé

Diretor de Assuntos Institucionais – Tranvanvan da Silva Feitosa

Despeço-me, na oportunidade, dos diretores Antônio Carneiro Sobrinho, Vladimir Barros Aras, José Ricardo Meireles, Roberto Luís Oppermann Thomé e Tranvanvan da Silva Feitosa e saúdo a chegada dos novos diretores da gestão que se inicia, certo de poder contar com o valoroso serviço para esta Associação:

Diretor para Aposentados – José Rodrigues Ferreira

Diretor de Assuntos Jurídicos – Antonio Edílio Magalhães Teixeira

Diretor de Assuntos Legislativos – Sergei Medeiros Araújo

Diretor de Assuntos Corporativos – Maria Hilda Marsiaj Pinto

Diretor de Assuntos Institucionais – Léa Batista de Oliveira



Alexandre Camanho de Assis
Presidente da ANPR

Relatório de Gestão

**Assessoria de
Comunicação**

Durante o Biênio 2011/2013, a Assessoria de Comunicação da ANPR passou por reformulações em todas as áreas de atuação. Desenvolveu projetos tanto para o público interno, quanto para o externo. Inovou nas maneiras de levar até o associado o que acontece na entidade de classe, além de aumentar sua inserção na mídia nacional. Aumentou a participação nas redes sociais e captou seguidores para tais. Desenvolveu novos projetos e ampliou as plataformas de comunicação.

Site: O canal de comunicação online da ANPR recebeu novo layout e com isso garantiu, entre maio de 2011 e maio de 2013, mais de 200 mil visualizações. Com navegação fácil e dinâmica, é possível acompanhar notícias, publicações, artigos e lançamentos de livros.

As páginas de conteúdo especial - como PEC 37, Prêmio República e blog dos Encontros - registraram índices altos de acesso no portal. O *hotsite* sobre a PEC 37, por exemplo, é a página mais visualizada, com 4.871 acessos.

No novo site, foi inaugurado o “Espaço do Associado”, intranet da ANPR, com conteúdo diferenciado para os membros: projetos de lei, colunas, atos, requerimentos, clipping, transparência, formulários e o Clube de Vantagens. Essas plataformas garantem maior integração com os associados.

O grande destaque, contudo, está nas colunas. Divididas em três temas, elas contemplam perfis e histórias dos membros: a “Galeria dos Aposentados” rememora histórias de vida e também da carreira pública dos procuradores aposentados; “Associados em Destaque” traz o perfil dos membros e atividades extra MPF, contando um pouco sobre seus *hobbies*; “Dica do Mês” é um espaço reservado para expor dicas de temas variados, como fotografia e viagens.

Com mais de 800 usuários cadastrados, na intranet, os associados também podem participar do Clube de Vantagens – rede de empresas credenciadas que oferecem descontos e ofertas aos membros.

As versões eletrônicas das publicações impressas da ANPR também estão disponíveis na página, o que gera maior interação e alcance do material produzido pela Associação.

O conteúdo mais atrativo da página e também a integração com as redes sociais - Twitter e

Facebook - garantiu um crescimento de 60% nos acessos feitos pelo celular.

Twitter e Facebook: Ainda no escopo da web, a ANPR ganhou popularidade nas redes sociais. Além de notícias, campanhas estão sendo desenvolvidas no Twitter e no Facebook, o que elevou o número de seguidores e de pessoas alcançadas. Em maio de 2011, o perfil da Associação tinha 1.080 seguidores no Twitter. Hoje, já conta com mais de 6.300 pessoas. A fanpage da entidade no Facebook foi criada no primeiro ano da gestão e atingiu 1.600 fãs em 2013. Segundo dados fornecidos pelo Facebook, a página alcançou 700 mil pessoas com as campanhas realizadas em abril. Isso tem proporcionado mais visibilidade e transparência às ações da ANPR.

Mais do que dar visibilidade à Associação, as redes são utilizadas como termômetro de credibilidade e relevância da ANPR junto à sociedade. Por meio delas, a Comunicação recebe críticas, sugestões e apoio não apenas dos usuários, mas também de entidades que podem se tornar parceiras da Associação e do Ministério Público Federal.

Na mídia: Durante os últimos dois anos, a ANPR conseguiu inserções em veículos importantes: Jornal Nacional, Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo, Correio Braziliense; revistas de grande circulação como Época, IstoÉ e Veja, são alguns exemplos. No período, a ANPR obteve um crescimento de 46% na mídia e figurou mais de 2.600 vezes no noticiário nacional: foram, aproximadamente, 1.350 notícias que citam diretamente a ANPR e 1.020 notícias que falam sobre o presidente, Alexandre Camanho.

Os números são reflexo das notas de apoio e *releases*, bem como do atendimento à imprensa, que se tornou referência entre os setoristas. A Associação é cotidianamente procurada pela mídia para a busca de fontes e declarações sobre os assuntos de repercussão nacional.

Informativos: A comunicação interna foi reformulada. Além da intranet, os informativos ganharam novo projeto gráfico. Diariamente, o “ANPR em Ação” apresenta fatos importantes da

agenda do presidente e de diretores, publicações do Diário Oficial da União, ações das procuradorias da República, a atuação da entidade junto ao Judiciário e ao Congresso Nacional. Nomeações, premiações, lançamentos de trabalhos e obras dos membros também são destaque. O informativo, com formato digital, é encaminhado por e-mail a associados, assessorias de comunicação do MPF e funcionários.

O formato impresso do “ANPR em Ação” é destinado a aposentados e pensionistas. A publicação traz um resumo dos fatos semanais que foram veiculados na versão *online*. Os membros também são lembrados na sessão “Aniversários”.

A finalidade dos informativos é aproximar o associado dos projetos feitos pela entidade, noticiar os fatos e mantê-los atualizados do que acontece no dia a dia da Associação

Revista “A República”: Outro importante meio de comunicação utilizado pela ANPR, a revista A República tem periodicidade bimestral e traz matérias de interesse público sobre ações do MPF e temas com impacto social. Em seis edições, a revista já abordou assuntos como: Lei de Acesso de Informação, comunidades tradicionais, 30 anos da morte do procurador da República Pedro Jorge, Conferência Rio+20, PEC 37/2011 e Termo de Ajustamento de Conduta. A revista é dividida por sessões e editorias que contemplam os diversos ramos de atuação dos procuradores da República.

Curtas: traz matérias de interesse público e projetos com participação da ANPR;

Em Destaque: aborda temas que foram destaque dentro da Associação durante o bimestre;

Capa: espaço destinado a reportagem especial sobre assuntos de repercussão nacional;

Integração: mostra a atuação do Ministério Público pelo Brasil;

Entrevista: procuradores contam sobre suas atuações e emitem opinião sobre o tema em foco;

Mobilização: contempla matérias sobre a atu-

ação do Ministério Público junto a outros órgãos em prol da sociedade;

Parlamento: traz discussões sobre o que acontece no Congresso Nacional;

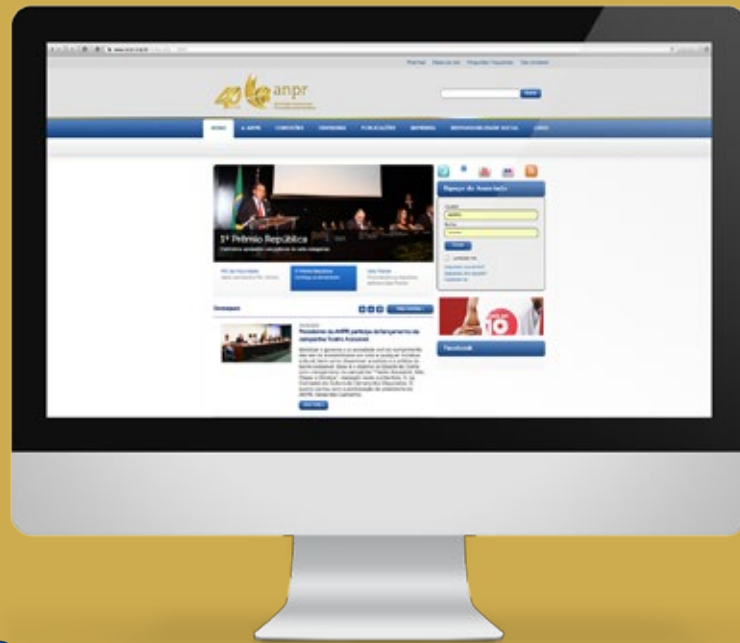
ANPR Recomenda: espaço destinado às publicações dos procuradores. Apresenta-se uma sinopse dos livros e o perfil dos autores;

Artigo: procuradores da República escrevem sobre temas variados.

Revista Omnes: Outro projeto implementado durante o Biênio, a Revista Omnes é uma publicação jurídica eletrônica que reúne artigos e textos doutrinários, de autoria dos membros do MPF e dos demais protagonistas do cenário jurídico.

Coordenada pela diretora Cultural, procuradora da República Monique Cheker (PR/RJ), a revista digital visa a incentivar a produção da doutrina e o estudo da teoria, da legislação e da jurisprudência, estimulando o intercâmbio de informações entre os procuradores da República e os profissionais e estudantes de Direito.

As duas primeiras edições registraram mais de 4.000 acessos no blog da revista: www.anpr.org.br/revistaomnes.



Novo Site



Revista "A República"



Revista Omnes



Informativo dos aposentados

ANPR encaminha a Dilma lista dos nomes para a sucessão de Gurgel

PAÍS

A **Associação Nacional dos Procuradores da República (Anpr)** encaminhou à presidente Dilma Rousseff, nesta sexta-feira, a lista triplíce com os nomes preferidos pela classe para a sucessão do atual **procurador-geral da República**, Roberto Gurgel, cujo mandato se encerra em agosto. No ofício enviado ao Palácio do Planalto, o **presidente da Anpr, Alexandre Camanho**, ressalta "o caráter necessário e suficiente"

"O resultado da consulta promovida pela **Associação Nacional dos Procuradores da República**, bem como a habilitação formal e prévia das candidaturas, reveste o posterior processo de escolha por parte da Presidência da República, de inteira legitimidade e, mesmo, da democracia que caracteriza os procedimentos habituais de seleção de representantes", escreveu no ofício o **presidente da Anpr**.

da eleição promovida pela entidade, no último dia 17. O subprocurador-geral da República Rodrigo Janot

A eleição da **Anpr** passou a ser tradição nos últimos 10 anos, e foi respeitada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e também por Dilma Rousseff, que

The screenshot shows a news article on the 'veja' website. The article is titled 'PEC 37: 'É difícil dizer que a polícia é isenta'' and is dated 12/05/2012 - 19:02. The author is identified as 'Marrone Mattos, de Brasília'. The article text discusses the PEC 37 proposal and mentions Alexandre Camanho, president of the Associação Nacional dos Procuradores da República. A photo of Alexandre Camanho is included. To the right of the article is a 'Previsão do tempo' (Weather forecast) section for Brasília, showing a high of 28°C and a low of 15°C. The website header includes navigation links like 'Veja SP', 'Veja RJ', 'Exame', 'Info', 'Contigo', 'Mê Mulher', 'Modaspot', 'Capricho', 'Revistas e sites', 'Assine', 'Loja', 'SAC', and 'Grupo Abril'. There is also a search bar and a 'veja' logo.

VISA E ESTILO TERRA TV SUNDAY TV SONORA OFERTAS

ISTOÉ Dinheiro | **ISTOÉ DINHEIRO** ESCOLHA SUA OFERTA | A PARTIR DE 10X R\$ **42,70** | CLIQUE E ASSINE

Buscar na Istoé Dinheiro BUSCAR

CAPA ECONOMIA MERCADO DIGITAL NEGÓCIOS ESTILO FINANÇAS INVESTIDOR COLUNAS MULTÍMÍDIA SERVIÇOS

TEMPO E DINHEIRO 19:42 DO DIÁRIO Tourinho quer igualdade para bancos públicos e privados

ECONOMIA

ONLINE | POLÍTICA | 22-FEV-13 - 17:04 | Atualizado em 22-02 - 17:33

ANPR quer fim de afastamento automático de servidor

Por Ricardo Brito

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação para derrubar artigo da nova Lei de Lavagem de Dinheiro que prevê o afastamento preventivo automático de um servidor público das suas funções se for indiciado em uma investigação por lavagem de dinheiro. A ação terá o ministro Ricardo Lewandowski como relator.

Nas 16 páginas da ação, a entidade alega que o artigo viola cinco artigos da Constituição, entre eles o direito de presunção de inocência, do contraditório e ampla defesa e o que garante a qualquer cidadão de não ser privado dos seus bens sem o devido processo legal. A associação argumenta que o artigo altera "a estrutura constitucional da persecução penal", ao conferir ao indiciamento feito pela polícia efeito jurídico que, segundo a associação dos procuradores, só poderia ter depois da acusação do Ministério Público.

"Até mesmo o juiz, que é o titular da competência para determinar medidas cautelares no curso de investigação - e o afastamento de um servidor de suas funções é uma medida cautelar -, se vê tolhido dessa competência e atribuição, dado que os efeitos do ato de indiciamento são automáticos, somente sendo lícito ao juiz modificá-los posteriormente, mediante decisão fundamentada", critica a ANPR, no processo.

Não há 30 de junho do ano passado, a associação entrou à presidente Dilma Rousseff uma nota técnica em

ISTOÉ COMPARTILHAR
Divida sua leitura com seus amigos

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- 1 Tourinho quer igualdade para bancos públicos e privados
- 2 Alckmin ataca sistema político brasileiro
- 3 Gurgel escaninha parecer contra embargos do mensalão
- 4 Governo quer tonar concessão ferroviária mais ágil
- 5 CIM estuda redes sociais para criar jurisprudência

MAIS LIDAS MAIS COMENTADAS

ESCURAS TELEFÔNICAS

Em defesa da legalidade

Juristas afirmam que equipamentos para rastrear e instalar grampos devem ser exclusivos da polícia

+ ALIANA RIZZO + KARLA CORRÊA

Dois anos após o fim da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou grampos telefônicos, o Estado ainda não regulamentou interceptações telefônicas. Os equipamentos de rastreamento eletrônico, objeto da proposta de compra do Senado revelada pelo Correio, ocupam espaço no relatório final da CPI. Pelo documento, a posse desse equipamento fora dos focos de segurança pública do Estado deveria constituir crime, tipificado em um projeto de lei, que ainda não foi aprovado. Segundo o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Alexandre Camanho, a Polícia Legislativa não tem competência legal para usar esse equipamento.



Para Camanho, a Polícia Legislativa deve se restringir à segurança, sem poder de investigação

dever ser usados apenas pela Polícia Federal e pelas polícias estaduais segundo critérios rigorosos. "A intimidade e a privacidade são garantias constitucionais e que não podem ser invadidas sem o devido processo legal. Se o Estado quiser atuar como detetive particular, nós deixamos de viver em um estado democrático de direito", afirma.

3) Delúbrio se reúne com sindicalistas

Apontado pelo Ministério Público como um dos principais operadores do Mensalão, o ex-senador do PT Delúbrio Soares reuniu-se com cerca de 40 pessoas na sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em Brasília.

Quatro perguntas para

ALEXANDRE CAMANHO, procurador da República e presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR)

Como o sr. analisa a compra de equipamentos para rastrear escutas telefônicas pela Polícia Legislativa?

A aquisição desse material leva ao questionamento sobre qual a função dessa polícia. A polícia militarizada faz prevenção na rua, a Polícia Civil e a PF são consideradas polícias judiciais e fazem investigação e elucidação de crimes. Em qual das duas se encaixa a Polícia Legislativa? Na verdade, Polícia Legislativa é só um nome pomposo para uma segurança institucional que não deveria jamais fugir da percepção que nós temos de polícia.

Qual é a intenção na compra desses equipamentos?

Essa é a pergunta. Essa aquisição resguarda que vale? Em um estado democrático de direito, a polícia tem que estar a serviço da sociedade. Existe um superintencimento da polícia. Ela pode ter nome de polícia, mas é só uma segurança. O problema é que o próprio Judiciário reconhece isso.

Qual deveria ser a função dessa polícia?

A atuação da Polícia Legislativa deveria ser limitada à segurança das dependências da Câmara e do Senado. É uma atuação muito restrita, pois mesmo para manter aquele ambiente que é de permanente manifestação e avaliação. É preciso ter cautela em prol da integridade dos parlamentares e do patrimônio público. Mas a própria criação dessa polícia já cria como algo estranho a não haver necessidade de que ela atue na investigação nos moldes de uma polícia civil.

O sr. acredita que vivemos em um "estado policial"?

Crise: se o temor de que tudo esteja gravando. O Estado, quando faz escutas, tem autorização judicial. Grampear pessoas para chantagem é pura criminalidade. Mas por que assumo esse nome de grampo? Porque se a conversa de grampo não sigilosa que o conteúdo não é mantido secreto.

Relatório de Gestão

**Assessoria da
Diretoria**

Atenção especial para diretores e delegados

Criada nesta gestão, a Assessoria da Diretoria tem o objetivo de melhor atender diretores e delegados da ANPR. A otimização desta assessoria se deu com o intuito de organizar e centralizar as reuniões em uma só pessoa que pudesse acompanhar, receber as demandas e fazer o atendimento de forma personalizada.

Hoje, a área organiza as reuniões da Diretoria, do Colégio de Delegados, das Comissões Temporárias e Permanentes, do Conselho Fiscal e

demaís eventos solicitados.

Ademais, visando a redução dos gastos, fechou-se parceria com empresas responsáveis pela emissão de passagens (Maiorca Turismo – oferece entre 15% e 30% de desconto), hospedagens (Meliá – tarifas diferenciadas e possibilidade de pré-bloqueios para grupos) e, restaurantes.

A seguir, as reuniões organizadas durante o Biênio 2011/2013:

Reuniões da Diretoria:

	Diretoria	Dia
2011	1ª Reunião Ordinária (Presencial)	13 de maio
	2ª Reunião Ordinária (Presencial)	21 e 22 de junho
	3ª Reunião Ordinária (Presencial)	25 e 26 de agosto
	4ª Reunião Ordinária (Presencial)	22 de setembro
	1ª Reunião Extraordinária (Presencial)	29 de novembro (tentativa por videoconferência)
2012	5ª Reunião Ordinária (Virtual)	13 de fevereiro
	6ª Reunião Ordinária (Presencial)	16 e 17 de abril
	7ª Reunião Ordinária (Virtual)	18 de maio
	8ª Reunião Ordinária (Virtual)	25 de junho
	9ª Reunião Ordinária (Virtual)	13 de agosto
	10ª Reunião Ordinária (Presencial)	27 e 28 de setembro
	11ª Reunião Ordinária (Presencial)	7 de dezembro
2013	12ª Reunião Ordinária (Presencial)	18 de fevereiro
	13ª Reunião Ordinária (Presencial)	25 de abril



Reunião da Diretoria



Reunião da Diretoria e Colégio de Delegados

Reuniões do Colégio de Delegados:

	Colégio de Delegados	Dia
2011	1ª Reunião Ordinária (Presencial)	12 de maio
	2ª Reunião Ordinária (Presencial)	25 de agosto
2012	1ª Reunião Virtual (com representantes)	16 de março
	3ª Reunião Ordinária (Presencial)	16 e 17 de abril
	4ª Reunião Ordinária (Presencial)	27 e 28 de setembro

Reuniões conjuntas entre a Diretoria e o Colégio de Delegados

	Reunião Conjunta – Diretoria e Delegados	Dia
2011	1ª Reunião Extraordinária Conjunta	12 de maio
	2ª Reunião Extraordinária Conjunta	25 de agosto
2012	3ª Reunião Extraordinária Conjunta	16 de março
	4ª Reunião Extraordinária Conjunta	28 de setembro
2013	5ª Reunião Extraordinária Conjunta	25 de abril

Reuniões das Comissões Temporárias e Permanentes

	Comissões Temporárias e Permanentes	Dia
2012	Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do plan-assiste para deliberação de pareceres	23 de janeiro
	Reunião do Conselho Administrativo do Plan-assiste	28 de maio
	Comissão de Reforma do Código Penal	3 de outubro

Reuniões do Conselho Fiscal

	Conselho Fiscal	Dia
2012	1ª Reunião Ordinária	27 de janeiro
	2ª Reunião Ordinária	19 de abril
	3ª Reunião Ordinária	10 de agosto
	4ª Reunião Ordinária	23 de novembro
2013	5ª Reunião Ordinária	19 de fevereiro
	6ª Reunião Ordinária	6 de maio

Relatório de Gestão

**Assessoria
Financeira**

Nova gestão promove mudanças no setor financeiro

Diversas mudanças e adequações marcaram este Biênio, em especial, as ocorridas na Assessoria Financeira, que teve sua equipe e rotinas reestruturadas.

Entre as medidas adotadas pelo setor - que tem à frente o procurador da República Gustavo Magno Albuquerque (PR/RJ) -, esteve a limitação do valor máximo dos patrocínios da ANPR para R\$ 1 mil, além da previsão antecipada de reuniões de diretores, delegados e membros de conselhos e comissões, de forma a garantir menores gastos com hospedagem e aquisição de passagens aéreas.

Outra mudança foi a adoção de assinaturas eletrônicas do presidente e do diretor financeiro da ANPR para os pagamentos da Associação, aumentando o controle e o registro das operações.

A Assessoria investiu, ainda, na reestruturação física da sede, na reforma da rede telefônica e na aquisição de uma ferramenta de videoconferência, bem como em novos equipamentos e programas de informática para toda a equipe de funcionários.

Os investimentos são da ordem de R\$ 335.702,61 em: aquisição de automóvel para uso institucional; modernização do parque tecnológico com a compra de novos computadores, novo site; reformas estruturais; entre outros. Contudo, isso não significou uma diminuição da Conta Ordinária da ANPR. Em 2011, o saldo das aplicações financeiras era de R\$ 1.678.746,48. E, na conta do FAJ, era de R\$ 1.594.217,52. Enceramos a gestão com R\$ 1.657.199,42 na Conta Ordinária, e de R\$ 1.921.249,97, na conta do FAJ.

Transparência - Na nova intranet da ANPR, o associado pode ter acesso à seção dedicada à divulgação dos balancetes contábeis feitos pela Assessoria Financeira. No espaço intitulado “Transparência”, é possível acompanhar todas as planilhas destes primeiros meses, com informações como as contas do Encontro Nacional, as despesas decorrentes das reuniões de Diretoria e do Colégio de Delegados, além dos gastos com deslocamento, hospedagem e alimentação de diretores, delegados e associados.

Durante o Biênio, as principais atividades desempenhadas foram:

- Digitalização, acompanhamento e tramitação de ofícios;
- Controle de ligações e correspondências;

- Organização e atualização de dados cadastrais dos associados;
- Reformulação da equipe;
- Reforma da estrutura e pintura;
- Contratação de uma equipe de informática;
- Aquisição de novos equipamentos de informática;
- Aquisição de nova máquina de xerox;
- Aquisição de um novo rack de informática;
- Aquisição de novos aparelhos telefônicos;
- Contratação do novo site e videoconferência;
- Contratação da nova empresa de contabilidade;
- Contratação de um novo provedor de acesso à internet;
- Mudança da central telefônica de analógica para digital;
- Ponto eletrônico;
- Aquisição de móveis;
- Aquisição de novo carro;
- Documentos digitalizados e disponíveis no sistema A1B2;
- Reestruturação da coordenação financeira;
- Conta-salário;
- Transparência na movimentação financeira mensal através de relatório e planilha;
- Pagamentos através do *Internet Banking*;
- Acompanhamento diário das movimentações pelo Diretor Financeiro;
- Redução de despesas, tais como: aluguel e manutenção da máquina de xerox, provedor de internet; plano de saúde dos funcionários; telefonia fixa e móvel, videoconferência, Correios.

Relatório de Gestão

Assessoria
Institucional

ENCONTROS NACIONAIS

XXVIII ENPR

Em 2011, o XXVIII Encontro Nacional dos Procuradores da República ocorreu em Cumbuco (CE), entre os dias 1º e 5 de novembro. Sob o tema “O MPF e os Desafios da Segurança Pública”, cerca de 360 procuradores de todo o país reuniram-se para discutir a atuação do MPF no aumento da segurança pública para os cidadãos.

O evento foi prestigiado por palestrantes renomados, como o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o secretário de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, e o jurista Walter Maierovich. Também estiveram presentes o procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel, o secretário-geral do MPU, Lauro Pinto Cardoso, e três integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP): Almino Afonso, Mário Bonsaglia e Taís Ferraz.

No encerramento do evento, a Diretoria da ANPR divulgou o resultado da consulta sobre a sede do próximo Encontro Nacional e inaugurou a prática de informar todos os anos o local de realização do próximo evento.

Como conclusão do encontro, os participantes redigiram a Carta de Caucaia (CE), elencando 32 medidas jurídicas, legislativas e de governo para diminuir a violência no país.

Noite de autógrafos

Ao todo, 15 membros do MPF apresentaram seus livros e conversaram com os participantes do evento sobre as obras. A gama de assuntos abordados nas publicações foi variada, passando por temas como Direito Constitucional, Estatuto do Índio e Reformas Processuais.

O evento prestigiou também o talento do filho da procuradora da República Daniele Cardoso Escobar (PR-SC), Antônio Escobar Torres. O autor mirim tinha sete anos e lançou a obra “O menino que queria botar fogo pelo nariz”.

Carta de Caucaia (CE)

Durante o evento participantes fecharam o documento abaixo:

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OS DESAFIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA Carta de Caucaia (CE)

Os membros do Ministério Público Federal, reunidos no município de Caucaia (CE), no XXVIII Encontro Nacional dos Procuradores da República, ocorrido entre os dias 1º e 5 de novembro de 2011, em torno do tema central “O Ministério Público Federal e os Desafios da Segurança Pública”;

CONSIDERANDO que o Direito Penal tem a função também de proteção dos direitos humanos da coletividade, pois as garantias fundamentais envolvem não apenas as dos investigados e dos réus, mas também aquelas correlatas aos interesses sociais.

CONSIDERANDO, ainda que, por seus poderes e órgãos constituídos, é dever fundamental do Estado a prestação de jurisdição eficiente de modo a garantir também a segurança pública e valorizar a cidadania.

CONCLUEM, a partir destas premissas, que:

1) a nova Lei de Medidas Cautelares (12.403/2011) traz modernas regras como alternativas à exclusiva prisão ou liberdade, porém é fundamental que o Estado adote as medidas mais adequadas de forma a evitar a insegurança pública e a desproteção jurídica;

2) o Estado deve constituir um banco nacional de medidas alternativas à prisão e adquirir imediatamente equipamentos para viabilizar a vigilância eletrônica, com o fim de permitir a efetividade da Lei 12.403;

3) reconhece-se como relevante e fundamental para dar maior eficiência ao sistema recursal brasileiro a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 15/2011 (PEC dos Recursos);

4) apoia-se a aprovação do PL 3443/2008, que aprimora a Lei de Lavagem de Dinheiro;

5) é necessário melhor aparelhamento do Estado para combate ao crime organizado, bem assim a melhor definição do tipo do delito de organização criminosa e a regulamentação das técnicas especiais de investigação (PL 6.578/2009);

6) repudia-se o teor do PLS 354/2009 e do PL 5.228/2005, que geram anistia criminal de condutas relacionadas a bens e direitos ocultados anteriormente ao Estado;

7) é fundamental que seja instituída, por lei, a Política Nacional de Segurança Pública (PNSP), a



Presidente da ANPR, Alexandre Camanho, abre o XXVIII ENPR



Conselheiros do CNMP prestigiam o evento



José Mariano Beltrame, José Eduardo Cardozo



Atividades esportivas



Show de encerramento com a banda 14 Bis

ser executada, nos três níveis da federação, pelos órgãos do Sistema Nacional de Segurança Pública e Justiça Criminal, com controle social e participação necessária do Ministério Público;

8) na Política Nacional de Segurança Pública, é necessário um pacto federativo envolvendo os Poderes constituídos e o Ministério Público, com a meta de reduzir os índices de crimes violentos letais intencionais a patamares considerados não-epidêmicos pela ONU (abaixo de 10 homicídios por 100.000 habitantes);

9) deve haver estímulo a políticas públicas que também sirvam para a prevenção da prática de crimes;

10) a União deve estabelecer padrão nacional de estatística dos crimes violentos letais intencionais, abarcando especialmente os autos de resistência;

11) deve haver implementação e modernização de unidades de perícia criminal em todo o Brasil;

12) deve ser implementada política de melhoria das condições dos presídios, de forma a garantir a dignidade dos presos; de outro lado, deve haver ampliação e maior rigor do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) para os casos de criminosos de alta periculosidade, em especial para líderes de organizações criminosas;

13) o Brasil deve dedicar maior esforço ao cumprimento das convenções internacionais em matéria criminal, particularmente os mandados de criminalização das Convenções de Palermo (crime organizado) e de Mérida (corrupção);

14) como forma de aprimorar a persecução e cooperação em crimes cibernéticos, o Brasil deve criar mecanismos como aqueles previstos na Convenção de Budapeste (2001), aprovar o PL 84/1999 e o PL do Marco Civil da Internet;

15) especialmente no momento em que o Brasil se destaca no contexto político-econômico global com a organização de megaeventos desportivos, torna-se ainda mais urgente fixar o marco normativo e tipificar as condutas de terrorismo, financiamento ao terrorismo e participação em organização terrorista;

16) o Procurador-Geral da República deve ser a autoridade central nos procedimentos de cooperação jurídica internacional em matéria penal, especialmente em virtude do disposto no artigo 129 da Constituição;

17) o Brasil deve dar cumprimento automático aos mandados internacionais de prisão, veiculados pela Interpol (com posterior análise do STF), a fim de não permitir que o País seja refúgio para criminosos;

18) é importante que o Brasil internalize o Acordo de Foz de Iguaçu (2010), que criou o “mandado do Mercosul de capturas”;

19) o Brasil deve propor a regulamentação, no âmbito do Mercosul e da Unasul, da cooperação penal direta em áreas de fronteira para atos de comunicação processual e obtenção de provas de delitos transnacionais;

20) a União deve priorizar os recursos humanos e financeiros em atividades de inteligência e operações de fiscalização nas fronteiras, inclusive com o uso das Forças Armadas, nas hipóteses legais; também, mediante convênios com os Estados, deve ser estimulada a implantação de unidades policiais em áreas de fronteira;

21) o Brasil deve tipificar o delito de conspiração, como forma de reprimir a prática de crimes graves detectados ainda na fase preparatória;

22) é fundamental que sejam excluídas do ordenamento jurídico a prescrição retroativa (que existe somente no Brasil) e a intercorrente, que estão entre as principais causas de impunidade;

23) devem ser ampliadas as possibilidades de resolução consensual no processo penal, permitindo a realização de acordos pelo Ministério Público para a aplicação imediata de penas, nos termos do procedimento sumário previsto no PLS 156/2009;

24) o Programa Nacional de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas deve ter aprimoramento legislativo, com garantias orçamentárias, profissionalização da gestão e efetiva participação do Ministério Público na União e nos Estados;

25) os institutos despenalizadores não podem ser aplicados a delitos graves, devendo haver uma readequação das penas de forma proporcional à gravidade dos delitos;

26) reafirma-se que o Ministério Público tem poder de investigação criminal, confiando em que o Plenário do Supremo Tribunal Federal o reconhecerá;

27) é necessário que o Poder Judiciário, notadamente os tribunais superiores, considere com mais atenção os interesses coletivos na jurisprudência penal, de modo a não gerar proteção defi-

ciente do interesse público.

28) os procuradores da República reafirmam sua confiança no CNMP, manifestada antes mesmo de sua criação, certos de que este Conselho não excederá de suas atribuições constitucionais para imiscuir-se na atividade-fim do órgão ministerial, o que lhe é peremptoriamente vedado, conforme já reconheceu o próprio Conselho;

29) os procuradores da República apoiam a indicação das Subprocuradoras-Gerais da República Deborah Macedo de Britto Pereira Duprat e Ela Wiecko Volkmer de Castilho para o Supremo Tribunal Federal pois, além de reconhecida e honrosa atuação em todas as áreas do Direito, têm conhecimento e domínio na seara penal e processual penal, indispensável para que a Corte Constitucional aprimore o tratamento desses temas;

30) a política nacional de segurança pública e justiça criminal depende da valorização das carreiras envolvidas na investigação, persecução e execução penal, e o Ministério Público, como titular privativo da ação penal, é instituição essencial e indispensável ao controle da criminalidade;

31) é necessário enfatizar que o Estado deve fornecer garantias – inclusive físicas – aos membros do Ministério Público e do Judiciário para o adequado desempenho de suas atribuições constitucionais, sob pena de, na inércia, ocorrerem novos casos como o do Procurador da República Pedro Jorge e da Juíza Patrícia Acioli;

32) é imprescindível, também, que o Estado implemente política remuneratória digna para as magistraturas do Ministério Público e do Poder Judiciário, compatível com suas prerrogativas e inúmeras responsabilidades. A diminuição gradativa do poder aquisitivo dessas magistraturas constitui indiscutível estratégia de esvaziamento de seus quadros e desestímulo à sua atuação cotidiana.

A Associação Nacional dos Procuradores da República permanecerá mobilizada no aprimoramento da segurança pública e na defesa das prerrogativas de todos os membros da Instituição, bem como na busca da recomposição de perdas inflacionárias sofridas ao longo dos últimos anos e no reconhecimento desta necessidade.

Caucaia, 3 de novembro de 2011.

XXIX ENPR

“Desenvolvimento Sustentável – O desafio do mundo globalizado” foi o tema do XXIX Encontro Nacional dos Procuradores da República. O tradicional encontro que congrega cerca de 350 associados foi o momento do ano em que os membros do MPF se reuniram para discutir a implantação e a propagação de políticas sustentáveis, que preservem o meio ambiente e possibilitem a sobrevivência das espécies.

O evento ocorreu em Porto de Galinhas (PE), entre os dias 31 de outubro e 4 de novembro de 2012.

A solenidade de abertura foi prestigiada pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e pela ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, que na ocasião proferiu a palestra “Brasil e Livre Iniciativa – Desenvolvimento Sustentável ou Crescimento Econômico?”.

Prestigiaram o evento, renomados palestrantes, como a presidente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Jurema de Souza Machado; os professores Sidney Guerra - da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - e José Eduardo Ramos Rodrigues - da Universidade de São Paulo (USP); o diretor de políticas públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão; e um representante da mídia nacional, o jornalista André Trigueiro (Globo News).

Noite de Autógrafos

No XXIX, além do lançamento de livros, a ANPR homenageou a subprocuradora-geral da República aposentada Anadyr de Mendonça, prestando tributo também a todos os demais associados aposentados, muitos deles presentes no ENPR.

Os livros lançados foram: “Flores no Caminho” e “Insubstituível”, de Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini; “Liberdade de expressão e crimes de opinião”, de Alexandre Assunção e Silva; “Crônicas Brasileiras” e “Aspectos controvertidos da ação civil pública”, de João Batista de Almeida; “O anonimato no processo penal”, de Diego Fajardo M. Leão de Souza; e “Curso de Direito Eleitoral”, de Roberto Moreira de Almeida.

Na ocasião, outros títulos – já lançados – também estavam disponíveis aos associados, como os

de autoria dos palestrantes convidados, professores José Eduardo Ramos Rodrigues (USP) e Sidney Guerra (UFRJ). O evento contou, ainda, com a presença do subprocurador-geral da República aposentado Vicente Saraiva, autor do livro “Técnica da redação jurídica – a arte de convencer”, atualmente em sua sétima edição.

Carta de Ipojuca(PE)

Desenvolvimento Sustentável – O desafio do mundo globalizado

Carta de Ipojuca (PE)

Considerando a atribuição constitucionalmente destinada ao Ministério Público de fiscal democrático da lei e de intransigente defensor dos direitos fundamentais, notadamente, na atualidade, ao meio ambiente hígido;

Considerando as diversas dimensões da locução “meio ambiente”, destacando-se as vertentes social, cultural e naturalística, facetas da atuação diuturna do Ministério Público Federal;

Considerando que tanto o desenvolvimento quanto a preservação ambiental são direitos do cidadão, os quais alcançam o significado pleno da palavra sustentabilidade quando concretizados à luz de valores éticos que conduzam ao respeito às presentes e futuras gerações;

Os Procuradores da República, reunidos no XXIX Encontro Nacional dos Procuradores da República CONCLUEM que:

1) a atuação dos Procuradores da República deve ser pautada pela busca da preservação do meio ambiente, concretizando-se o ideal de sustentabilidade;

2) o Ministério Público Federal deve buscar a integração do componente socioambiental na formulação de políticas públicas e nos licenciamentos ambientais;

3) as avaliações de impactos ambientais devem levar em consideração a dimensão cultural, tanto em seus aspectos materiais quanto imateriais,

4) embora o licenciador ambiental seja uno, a licença ambiental é ato complexo, para cuja conformação se faz imprescindível a participação de outras Instituições, cujas manifestações têm caráter vinculante;

5) é necessária, em virtude dos insuficientes

recursos humanos, a criação de agenda comum com as demais instituições públicas, na busca da proteção do meio ambiente, para alcançar não somente o papel de fiscal da lei como também de fomentador de políticas públicas eficientes;

6) a atribuição do MPF no patrimônio cultural deve ser a mais ampla possível, não se limitando ao rol de bens protegidos pelo IPHAN;

7) a mera restauração do patrimônio material, principalmente dos bens edificados, não é suficiente para a preservação às futuras gerações, sendo necessário buscar não somente a restauração do suporte material mas também a revitalização do bem, conferindo-lhe funcionalidade;

8) a proteção ao meio ambiente natural em unidades de conservação compatibiliza-se com a existência de comunidades tradicionais;

9) a superação das diferenças sociais é fundamental para a efetiva implementação do desenvolvimento sustentável, cabendo aos Procuradores da República o uso do instrumental jurídico para fomentar a participação principalmente dos segmentos mais desassistidos;

10) há necessidade do fortalecimento da atuação coordenada entre as diferentes vertentes do próprio Ministério Público Federal, mediante a atuação conjunta de todas as Câmaras de Coordenação e Revisão, em virtude da multidisciplinaridade da matéria ambiental;

11) a interlocução do Ministério Público Federal deve ser feita não somente com a sociedade civil mas também com os demais Poderes da República, buscando a conscientização da importância da temática para o futuro que queremos - e precisamos - e a construção de jurisprudência positiva na matéria;

12) o senso de urgência é necessário para a eficácia da proteção ambiental, sendo a imprensa um parceiro importante na concretização de tal propósito, potencializando a visibilidade da atuação ministerial;

13) a crescente importância das redes sociais deve ser levada em conta na política de comunicação social do Ministério Público Federal;

14) as tutelas cível e penal possuem instrumental distinto mas complementar na seara ambiental;

Ipojuca, 4 de novembro de 2012.



PGR, secretário-geral do MPU e diretores da ANPR participam da reunião plenária



Associados marcam presença



Reunião dos aposentados



Show de encerramento com Nando Reis e os Infernais



Noite de Autógrafos

ENCONTRO INTERNACIONAL

“Cultura, Ciência, Direito e Sustentabilidade: Instrumentos para a Tutela do Patrimônio” foi o tema do 1º Encontro Internacional dos Procuradores da República (EINPR).

O evento ocorreu na Itália, entre os dias 27 de março e 7 de abril, e foi realizado pela Associação em parceria com a Accademia Nazionale Dei Lincei.

Além das atividades técnico-científicas, o encontro contou com uma programação cultural. Os associados puderam conhecer Nápoles, Pompeia, Capri, Sorrento, Costa Amalfitana, passando por Maiori, Amalfi e Positano, Roma e Florença.

Em Roma, foram realizadas as atividades técnico-científicas. No dia 2 de abril, os participantes foram recebidos para o “vinho de honra” oferecido pela Embaixada do Brasil na cidade.

O evento científico foi prestigiado pelo ministro dell’Ambiente e della tutela del Territorio e del Mare da Itália, Conrado Clini, além de especialistas de todo o mundo, como representantes da Universidade de Veneza (IUAV), da Agência Espacial Italiana (ASI), do Laboratório de Ciências da Conservação da Universidade Federal de Minas Gerais e do Instituto Nacional de Patrimônio Histórico-Artístico do Brasil (Iphan).

O encontro terminou em Florença, com a visita ao laboratório de conservação e restauro do Opificio delle Pietre Dure.

CURSO DE COIMBRA

A ANPR, em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, ofereceu aos associados o curso de verão “Concorrência dos Ordenamentos Jurídicos”, que ocorreu em Portugal, na cidade de Coimbra, de 3 a 5 de julho.

O evento contou com a participação do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e do renomado professor da instituição José Joaquim Gomes Canotilho, que proferiu palestra sobre os novos paradigmas constitucionais. A programação também incluiu temas como: concorrência e sustentabilidade, direito mundial da concorrência e concorrência entre Tribunais.

CONVÊNIOS

Nesta gestão, uma das prioridades foi a ampliação dos convênios oferecidos aos associados.

Em 2012, a Associação lançou uma nova página de convênios – Clube de Vantagens – em parceria com a Dynamus Club.

O novo espaço permite que o associado consulte o serviço desejado por estado ou categoria, além de poder navegar diretamente pelos convênios disponíveis. Outra facilidade é o acesso imediato à declaração de associado da ANPR, que pode ser impresso diretamente da página do serviço escolhido, não sendo mais necessário entrar em contato com a Associação para solicitá-lo.

Hoje, a ANPR conta com mais de 100 empresas conveniadas.



Relatório de Gestão

Assessoria
Jurídica

Mais do que desempenhar as atividades cotidianas, como o atendimento aos associados e o acompanhamento das sessões do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a Assessoria Jurídica da ANPR esteve atenta às ações judiciais movidas pela Associação e às propostas de interesse da classe, viabilizando manifestações oportunas ao Congresso Nacional e à presidente da República, Dilma Rousseff.

Foram encaminhados três ofícios ao Palácio do Planalto, recomendando sanção ou veto de projetos de lei aprovados pelo Congresso, e enviadas mais de 80 notas técnicas a parlamentares. A área também concentrou esforços em pesquisas para subsidiar ações da entidade, como a apuração de informações sobre as vantagens pagas aos membros do Judiciário e dos Ministérios Públicos Estaduais, no intuito de verificar as medidas cabíveis para estendê-las aos associados.

Outra medida do setor foi colocar na intranet da ANPR todos os requerimentos encaminhados à Secretaria-Geral e ao procurador-geral da República, de forma que os associados possam acompanhar os trâmites das ações. Com o intuito de preservar a memória da Associação e organizar os arquivos jurídicos, os documentos da área, produzidos nesta e nas gestões anteriores, foram digitalizados e sistematizados no A1B2 – Sistema de Controle Processual-Administrativo da instituição.

A Associação estreitou relações com os órgãos administrativos do MPF, reivindicando direitos da categoria e a regulamentação de determinados temas. A revisão da portaria das diárias foi um dos pleitos atendidos pela Procuradoria Geral da República, que estabeleceu um piso de, no mínimo, 50% para o pagamento do benefício.

Outra portaria estabeleceu novos critérios para a concessão do auxílio moradia, revisão que também vinha sendo negociada pela Associação junto à PGR. De acordo com o documento, “os membros do Ministério Público da União (MPU) receberão auxílio moradia quando lotados e residentes em sede cujas condições de moradia forem particularmente difíceis ou onerosas”.

Entre os requerimentos administrativos enca-

minhados, está também o pedido de indenização das férias não-fruídas, no prazo de dois anos, por necessidade do serviço. “Esgotado o prazo para a fruição das férias não gozadas por necessidade do serviço, é justo e necessário que o MPF permita que estas férias sejam indenizadas, de modo a não prejudicar a continuidade do serviço público e a não permitir que a Administração se aproprie indevidamente de direito legalmente reconhecido ao membro”, defende a entidade.

Foi solicitada, ainda, a extensão do prazo da licença adotante, para que seja igualada à de filhos naturais. Atualmente, no âmbito do MPU, a licença adotante é de 90 dias, se a criança tem até um ano de idade, e de 30 dias, se a criança tem mais de um ano, sendo possível, em ambas as hipóteses, a prorrogação por mais 60 dias.

Com relação ao trabalho do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), são destacados os requerimentos referentes à concessão de ajuda de custo na remoção a pedido (Pedido de Providências 1415/2011) e o fracionamento de férias a pedido do interessado e no interesse da Administração em períodos não-inferiores a sete dias (Pedido de Providências 237/2012-32).

Outro pleito encaminhado ao Conselho foi o Pedido de Providências que solicita a revisão das portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, para possibilitar o pagamento da licença-prêmio que o membro não deseje usufruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou da extinção do vínculo funcional. O pedido foi feito em conjunto com as associações do MPU: ANPT, ANMPM e AMPDFT.

Na luta pela recomposição dos subsídios, a Associação encaminhou diversos ofícios sobre o tema a vários órgãos do MPF, inclusive ao CNMP. Os documentos reforçaram que não há qualquer postulação de aumento no valor real dos subsídios, tratando-se de mera recomposição das perdas salariais sofridas em razão da inflação. “É fundamental, para a manutenção do Estado Democrático de Direito, a existência de um MP valorizado e respeitado pela sociedade e pelos demais Poderes constituídos, bem como integrado por membros estimulados e ansiosos por permanecerem nos quadros da instituição”, defenderam os textos.



Parlamentares contra a PEC 37/2011



Deputado Alessandro Molon (PT/RJ)

ASSESSORIA JURÍDICA – ATUAÇÃO NO PARLAMENTO

NOTAS TÉCNICAS – 2011

Notas Técnicas	Ementa
PRESI/ANPR/ACA 001/2011	PLS 133/2011. Juizado Especial. Altera a redação de dispositivos da Lei 9.099/95, possibilitando composição preliminar dos danos oriundos de conflitos decorrentes de crimes de menor potencial ofensivo por delegado de polícia.
PRESI/ANPR/ACA 002/2011	PEC 34/2009. Altera o artigo 144 – §9º da Constituição, permitindo o pagamento da compensação securitária aos servidores policiais.
PRESI/ANPR/ACA 003/2011	PEC 05/2011. Altera o artigo 48 – XV – e revoga o artigo 49 – VII e VIII –, para equiparar os subsídios do presidente da República, vice-presidente da República, ministros de Estado, senadores e deputados federais idênticos aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal. A frente associativa solicitou a inclusão do PGR nesta PEC.
PRESI/ANPR/ACA 004/2011	PLS 124/2011. Dispõe sobre o exercício da atividade de investigação criminal, concedendo aos delegados de polícia garantias que afrontam o perfil constitucional dado à categoria.
PRESI/ANPR/ACA 005/2011	PEC 15/2011. Altera os artigos 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias.
PRESI/ANPR/ACA 006/2011	PL 1947/2007. Tipifica o crime de violação de sigilo investigatório. Ressuscita a Lei da Mordaza.
PRESI/ANPR/ACA 007/2011	PL 947/2007. Altera o Decreto-Lei 201/67, adequando-o à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.
PRESI/ANPR/ACA 008/2011	PEC 327/2009. Confere competência penal à Justiça do Trabalho.
PRESI/ANPR/ACA 009/2011	PL 3443/2008. Altera a Lei de Lavagem de Dinheiro nº 9.613/98.
PRESI/ANPR/ACA 010/2011	PL 6578/2009 Dispõe sobre as organizações criminosas, os meios de obtenção da prova, o procedimento criminal e dá outras providências.

PRESI/ANPR/ACA 011/2011	PEC Quintos – Estabelece que o Quinto Constitucional seja sempre o número inteiro imediatamente superior a fração obtida nos casos em que o número de membros não seja divisível por cinco) OBS: O autor, o eputado Carlos Sousa, solicitou parecer da ANPR sobre a minuta de PEC a ser oportunamente proposta.
PRESI/ANPR/ACA 012/2011	PLC 41/2010 (Regula o acesso à informações sigilosas – “Sigilo Eterno de Documentos”).
PRESI/ANPR/ACA 013/2011	PEC 498/2010 (Atribui ao CNMP competência para receber relatórios semestrais de todo o Ministério Público Brasileiro).
PRESI/ANPR/ACA 014/2011	PL 410/2011 (Dispõe sobre vedações a autoridade policial, militar e outros agentes públicos na divulgação de informações referentes a investigação criminal).
PRESI/ANPR/ACA 015/2011	PL 7193/2010 (Dispõe sobre a investigação criminal conduzida por delegado de polícia).
PRESI/ANPR/ACA 016/2011	PEC 59/1995 e outras 10 (PEC's que visam a alterar o perfil institucional constitucional do Ministério Público).
PRESI/ANPR/ACA 017/2011	PEC 487/2005 (Visa a alterar o perfil constitucional da Defensoria Pública).
PRESI/ANPR/ACA 018/2011	PL 1028/2011 (Possibilita a composição preliminar de danos por delegado de polícia).
PRESI/ANPR/ACA 019/2011	PL 3939/2008 (Visa a suprimir a possibilidade de oferecimento de razões de apelação diretamente no Tribunal).
PRESI/ANPR/ACA 020/2011	PL 3937/2004 (Dispõe sobre alterações na Lei 8884/94 – CADE).
PRESI/ANPR/ACA 021/2011	PEC 525/2010 (Objetiva a criação do Conselho Nacional da Defensoria Pública).
PRESI/ANPR/ACA 022/2011	PL 7753/2010 (Dispõe sobre o subsídio de procurador-geral da República).
PRESI/ANPR/ACA 023/2011	PEC 75/2011 – Possibilidade de aplicação aos membros do MP de penas de demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade pelo CNMP.
PRESI/ANPR/ACA 024/2011	PEC 488/2011 – Inserção dos defensores públicos no Quinto.
PRESI/ANPR/ACA 025/2011	PL 84/1999 – Cibercrimes.

PRESI/ANPR/ACA 026/2011	PEC 293/2008 – Independência funcional do delegado.
PRESI/ANPR/ACA 027/2011	PEC 07/2011 – Criação do TRF6.
PRESI/ANPR/ACA 028/2011	PL 19/2011 – Criação, funcionamento e regulamentação de juizados de instrução criminal.
PRESI/ANPR/ACA 029/2011	PLC 3/2010 – Julgamento colegiado nos casos de crimes praticados por organização criminosa.
PRESI/ANPR/ACA 030/2011	PL 3443/2008 – Lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo.
PRESI/ANPR/ACA 031/2011	PL 6578/2009 – Organizações Criminosas – Revisada.
PRESI/ANPR/ACA 032/2011	PLS 375/2007 – Reduzir as férias dos membros do MP de 60 para 30 dias.
PRESI/ANPR/ACA 033/2011	PEC 07/2011 – TRF6 com alterações.
PRESI/ANPR/ACA 034/2011	PLP 14/2011 – Altera a Lei da Ficha Limpa.
PRESI/ANPR/ACA 035/2011	PL 891/2011 – Utilização de redes de serviço de telefonia móvel para a localização de pessoas desaparecidas.
PRESI/ANPR/ACA 036/2011	PEC 07/2011 Senado – Altera a composição do CNMP.
PRESI/ANPR/ACA 037/2011	Pronunciamento ANPR – Lei da Ficha Limpa.
PRESI/ANPR/ACA 038/2011	PL 6745/2006 – Controle judicial sobre o Inquérito Civil Público.
PRESI/ANPR/ACA 039/2011	PL 1142/2007 – Tipifica o crime de corrupção da pessoa jurídica.
PRESI/ANPR/ACA 040/2011	PL 8035/2010 – Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2010 (meta 4).
PRESI/ANPR/ACA 041/2011	PL 1997/2007 – Previdência Complementar.
PRESI/ANPR/ACA 042/2011	PEC 07/2011 – TRF's 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões.
PRESI/ANPR/ACA 043/2011	PL 6826/2010 – Responsabilidade civil e administrativa da pessoa jurídica.

VOTOS EM SEPARADO SECUNDADOS POR PARLAMENTARES - 2011

Proposta	Ementa da Proposta
PEC 37/2011 – Deputado Vieira da Cunha	Acrescenta o §10 ao art. 144 da Constituição para definir competência para a investigação criminal pelas Polícias Federal e Civil dos estados e do Distrito Federal.
PEC 488/2010 – Deputado Paes Landim	Altera o art. 94 da Constituição Federal, incluindo a carreira dos defensores públicos no Quinto Constitucional.
PEC 498/2010 – Deputado Espiridião Amim	Estabelece que o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados encaminharão semestralmente ao Conselho Nacional do Ministério Público relatórios sobre o andamento dos procedimentos administrativos instaurados, relativos a atos de improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública.
PL 891/2011 – Deputado Alessandro Molon	Dispõe sobre a utilização de redes de serviços de telefonia móvel para a localização de pessoas desaparecidas.
PL 947/2007	Altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, adequando-o à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.
PL 1843/2011 – Deputado Alessandro Molon	Acrescenta §4º ao art. 304, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal –, permitindo a autoridade policial apreciar a existência de causas excludentes de antijuridicidade, por ocasião da lavratura do auto de prisão em flagrante.
PL 7896/2010 – Deputado Domingos Dutra	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas, define crimes e dá outras providências, para permitir o porte de arma pelos agentes de segurança do Ministério Público da União.
PL 7193/2010 – Deputado Luiz Couto	Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia.

NOTAS TÉCNICAS – 2012

Notas Técnicas	Ementa
PRESI/ANPR/ACA 001/2012	PL's 6.025/2005 e 8.046/2010 – Código de Processo Civil. Revoga a Lei 5.869/1973.
PRESI/ANPR/ACA 002/2012	PEC 2/2011 – Restabelece o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público e dá outras providências.
PRESI/ANPR/ACA 003/2012	PEC 102/2011 – Altera dispositivos da Constituição Federal para permitir à União e aos estados a criação de polícia única e dá outras providências.
PRESI/ANPR/ACA 004/2012	PLC 16/2011 – Estabelece que o namoro configura relação íntima de afeto para os efeitos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha
PRESI/ANPR/ACA 005/2012	PLC 2/2012 – FUNPRESP
PRESI/ANPR/ACA 006/2012	PL 1028/2011 – Altera a redação dos artigos 60,69,73 e 74 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, possibilitando a composição preliminar dos danos oriundos de conflitos decorrentes dos crimes de menor potencial ofensivo pelos delegados de polícia.
PRESI/ANPR/ACA 007/2012	PLS 555/2011 – Altera o Código Penal e a Lei 8.072, de 25 de junho de 1990, para punir a prática de atos preparatórios tendentes à execução de homicídio e de crimes hediondos.
PRESI/ANPR/ACA 008/2012	PEC 215/2000 e outras – Acrescenta o inciso XVIII ao artigo 49; modifica o §4º e acrescenta o §8º ambos no artigo 231 da Constituição Federal.
PRESI/ANPR/ACA 009/2012	PEC 37/2011 – Acrescenta o §10 ao artigo 144 da CF para definir a competência para a investigação criminal pelas Polícias Federal e Civil dos Estados e do Distrito Federal.
PRESI/ANPR/ACA 010/2012	PL 5658/2009 – Altera as Leis nº 7960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 8072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), com a finalidade de aprimorar o combate à prostituição e à exploração sexual de crianças e adolescentes.
PRESI/ANPR/ACA 011/2012	PEC 438/2001 e outras –Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal.

PRESI/ANPR/ACA 022/2012	PL 1581/2011 – Dispõe sobre a instituição e funcionamento do Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – FUNPHAN
PRESI/ANPR/ACA 023/2012	PEC 02/2011 e outras – Restabelece o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público e dá outras providências.
PRESI/ANPR/ACA 024/2012	PEC 75/2011 – Dá nova redação aos arts. 128, §5º, I, <i>a</i> e 130-A, §2º, III, da Constituição Federal, para prever a possibilidade de aplicação, a membros do Ministério Público, das penas de demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade pelo Conselho Nacional do Ministério Público.
PRESI/ANPR/ACA 025/2012	PL 3999/2012 e outro – Acrescenta art. 29-A à Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e estabelece que, para a fruição dos benefícios fiscais relativos à realização da Copa das Confederações Fifa 2013, da Copa do Mundo Fifa 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, a pessoa jurídica deverá destinar o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas da empresa a pessoas com deficiência.
PRESI/ANPR/ACA 026/2012	PL 2126/2011 e outros – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.
PRESI/ANPR/ACA 027/2012	PL 1903/2011 – Acrescenta incisos e altera a redação do <i>caput</i> do art. 322, do Decreto-Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal –, possibilitando à autoridade policial conceder fiança aos autores de crimes punidos com detenção, independente do máximo da pena cominada à infração.
PRESI/ANPR/ACA 028/2012	PEC 209/2012 – Insere o §1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renumera o parágrafo único.
PRESI/ANPR/ACA 029/2012	PL 4484/2012 – Disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, e dá outras providências.

VOTOS EM SEPARADO SECUNDADOS POR PARLAMENTARES - 2012

Proposta	Ementa da Proposta
PEC 37/2011 – Deputado Alessandro Molon.	Acrescenta o §10 ao art. 144 da Constituição para definir competência para a investigação criminal pelas Polícias Federal e Civil dos estados e do Distrito Federal.

PROJETOS DE LEI ELABORADOS PELA ANPR - 2012

Tema	Sugestão de Ementa
Tipifica o “caixa dois” das pessoas jurídicas.	Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar o crime de movimentação paralela de recursos à contabilidade exigida para pessoas jurídicas.
Inclui o Ministério Público no Tribunal Superior Eleitoral e nos Tribunais Regionais Eleitorais.	Altera os artigos 119 e 120 da Constituição Federal.
Tipifica terrorismo e dá outras providências.	Define ato de terrorismo e tipifica condutas relacionadas, objetivando tornar efetiva a persecução penal de tais delitos e compatibilizar a legislação nacional com os compromissos assumidos pelo Brasil em convenções internacionais e dá outras providências.
Altera a composição do CNMP – Proposição elaborada pelo procurador da República Roberto Antonio Dassié Diana.	Altera o artigo 130-A caput e incisos I a VI, e insere os incisos VII a XVI nesse mesmo artigo da Constituição Federal, para modificar a composição do Conselho Nacional do Ministério Público
Tipifica corrupção passiva de testemunha.	Altera o Código Penal para tipificar a conduta da testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete que solicita ou recebe vantagem para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação.
Determina que as vagas reservadas ao MP no STJ sejam compostas equitativamente entre MPE e MPF.	Altera o artigo 104 da Constituição Federal e dá outras providências a fim de garantir que as vagas reservadas ao Ministério Público no Superior Tribunal de Justiça sejam preenchidas alternadamente entre membros do Ministério Público Estadual e do Distrito Federal e Territórios e membros do Ministério Público Federal.
Torna insuscetíveis de graça, anistia ou indulto os delitos de corrupção e lavagem de dinheiro.	Altera o art. 107 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de setembro de 1940, para tornar insuscetíveis de graça, anistia ou indulto os delitos de corrupção e o de lavagem de dinheiro.

NOTAS TÉCNICAS – 2013

Notas Técnicas	Ementa
PRESI/ANPR/ACA 001/2013	PL 8046/2010 – Código de Processo Civil
PRESI/ANPR/ACA 002/2013	PL 4857/2009 – Cria mecanismos para coibir e prevenir a discriminação contra a mulher, garantindo as mesmas oportunidades de acesso e vencimentos, nos termos dos arts. 1º, inciso III, 3º, I e IV, bem como arts. 4º, incisos II e IX e 5º, inciso I, da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; e dá outras providências.
PRESI/ANPR/ACA 003/2013	PLC 132/2012 (PL 7.193/2012) – Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.
PRESI/ANPR/ACA 004/2013	PEC 487/2005 – Dispõe sobre a Defensoria Pública, suas atribuições, garantias, vedações e dá outras providências.
PRESI/ANPR/ACA 005/2013	PEC 144/2007 – Dispõe sobre a Defensoria Pública
PRESI/ANPR/ACA 006/2013	PLS 90/2013 – Altera o parágrafo único da Lei nº 11.372, de 2006, que regulamenta o §1º do art. 130-A da Constituição Federal, para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público e criar sua estrutura organizacional e funcional e dá outras providências.

PRESI/ANPR/ACA 012/2012	PL 2458/2011 – Altera as Leis 12.037, de 1º de outubro de 2009, e 7210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal–, para prever a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal, e dá outras providências.
PRESI/ANPR/ACA 013/2012	PEC 37/2011 – Acrescenta o §10 ao artigo 144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pelas Polícias Federal e Civil dos estados e do Distrito Federal.
PRESI/ANPR/ACA 014/2012	PL 3754/2012 – Altera os arts. 132,134,135 e 139 da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.
PRESI/ANPR/ACA 015/2012 (Sugestão de veto parcial – artigo 17-D).	PLS 209/2003 – Dá nova redação a dispositivos da Lei de Lavagem de Dinheiro nº 9.613, de 3 de março de 1998, adequando-a com os tratados das Nações Unidas sobre corrupção, financiamento do terrorismo e criminalidade transnacional organizada e com as recomendações do GAFI.
PRESI/ANPR/ACA 016/2012	PL 3041/2011 – Determina a comunicação compulsória ao Ministério Público, por parte dos estabelecimentos de ensino, do ato de matrícula ou transferência de menor de idade cuja paternidade não esteja definida.
PRESI/ANPR/ACA 017/2012	PEC 555/2006 – Revoga o dispositivo da Emenda Constitucional – Reforma da Previdência, acabando com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados (contribuição de inativos). Altera a Constituição Federal de 1988.
PRESI/ANPR/ACA 018/2012	PEC 37/2011 – Acrescenta o §10 ao artigo 144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pelas Polícias Federal e Civil dos estados e do Distrito Federal.
PRESI/ANPR/ACA 019/2012	PL 113/2003 e outro – Dispõe sobre o repatriamento de recursos depositados no exterior.
PRESI/ANPR/ACA 020/2012	PEC 505/2010 e outras – Altera os arts. 93, 95, 103-B, 128 e 130-A da Constituição Federal, para excluir a aposentadoria por interesse público do rol de sanções aplicáveis a magistrados e membros do Ministério Público, na forma e nos casos que especifica.
PRESI/ANPR/ACA 021/2012	PL 7101/2006 – Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar nova redação ao art. 62 e introduzir o art. 63-A, com vista a incriminar novas modalidades de dano ao patrimônio cultural.



Interlocução com a Procuradoria Geral da República



Apoio aos pleitos dos servidores do MPU



Conselho Superior do MPF



Diretoria apresenta reivindicações ao procurador-geral da República

ASSESSORIA JURÍDICA – ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA

REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS - 2011

Requerimentos Administrativos	Destinatário	Assunto	Andamento
Requerimento conjunto Frentas 001/2011 – ANPT, ANPR, AMPDFT e ANMPM	CNMP	Pagamento de diárias integrais e em dinheiro.	Pedido encaminhado ao CNMP.
Requerimento conjunto Frentas 002/2011 – ANPT, ANPR, AMPDFT e ANMPM	PGR	Revisão do auxílio-alimentação.	Pedido indeferido. OFÍCIO MPF/PGR/SG/ N° 1249 de 05/06/2012.
Requerimento conjunto Frentas 003/2011 – ANPT, ANPR, AMPDFT e ANMPM	PGR	Solicita o pagamento das diárias integrais e em dinheiro, à luz da LC 75/93.	Pedido indeferido.
Requerimento PRESI/ ANPR/ACA n° 001/2011	PGR	Ajuda de custo na remoção a pedido.	Pedido indeferido e encaminhado para o CNMP. Pedido de providências CNMP n° 1415/2011-61. Relatora: Cláudia Chagas.
Requerimento PRESI/ ANPR/ACA n° 002/2011	PGR	Compensação de plantões trabalhados.	Pedido indeferido. OFÍCIO PGR/GAB N° 68 de 3/02/2012.
Requerimento PRESI/ ANPR/ACA n° 003/2011	PGR	Requer indenização por utilização de veículo próprio em viagem a serviço por quilômetro rodado.	Pedido deferido.
Requerimento PRESI/ ANPR/ACA n° 004/2011	PGR	Extensão da decisão no MS 27.565/DF que entendeu ser inviável a supressão das parcelas devidas a título de vantagem pessoal – quintos/décimos incorporados –, dado o reconhecimento da <i>“intangibilidade da garantia constitucional de irredutibilidade de vencimentos”</i> .	OFÍCIO PGR/GAB N° 435 de 30/03/2012. Indeferido pelo PGR, por entender que a extensão seria prejudicial aos membros.

CSMPF - 2011

Propostas de Resolução	Assunto
PRESI/ANPR/ACA – 001/2011	Proposta de Resolução. Regras mínimas para itinerância.
PRESI/ANPR/ACA – 002/2011	Proposta de Resolução. Concurso público para procurador da República.

OFÍCIOS – 2011

Ofício	Destinatário	Assunto
001/2011	Senador Pedro Taques	Caso Belo Monte.
003/2011	SG	Solicita relatório sobre proteção pessoal a membros do MPF nos anos de 2005 a 2010.
004/2011	SG	Solicita lista dos procuradores removidos nos últimos cinco anos.
006/2011	Qualicorp	Esclarecimentos sobre questões do plano de saúde
007/2011	SulAmérica	Esclarecimentos sobre questões do plano de saúde.
008/2011	MCCE	Desligamento do convênio MCCE.
010/2011	SG	Solicita alteração no edital do concurso de remoção para facilitar a remoção <i>ex-officio</i> do cônjuge.
015/2011		Encaminha Nota Técnica PRESI/ANPR/ACA 001/2011 (PLS 133/2011)
016/2011		Encaminha Nota Técnica PRESI/ANPR/ACA 002/2011 (PEC 34/2009)
021/2011	Dr. José Leovegildo de Moraes	Encaminha cópia de documentos necessários ao ajuizamento de ação coletiva (PAE/ATS – Restituição de IR 2008/2009)

022/2011	SG	Solicita cópia dos editais dos concursos de remoção dos últimos cinco anos. Complementação.
023/2011	Superintendente da PF no Pará	Acompanhamento do caso dos "Castanheiros do Pará".
024/2011	Governador do Pará	Acompanhamento do caso dos "Castanheiros do Pará".
025/2011	SG	Solicita lista completa dos procuradores aposentados e pensionistas para ampliação dos serviços prestados aos aposentados.
096/2011	Associado	Resposta a requerimento de associado.
097/2011		Solicita informações para instruir processo interno que apura possível violação de sigilo de dados por procurador da República.
098/2011	Associado	Liberação de FAJ.
100/2011	Presidente da República	Encaminha lista tríplice da ANPR para PGR.
102/2011	Comissão Especial do Plan-Assiste	Encaminha documentos
106/2011	SG	Solicita acesso ao Twitter e Facebook.
108/2011	SG	Solicita relatório com número de membros que ingressaram e deixaram a carreira entre dez/2008 e jun/2011.
114 a 119/2011	Câmaras de Coordenação e Revisão	Solicita informações sobre grupos de trabalho que integram as câmaras.
124/2011	SG	Solicita lista dos membros que sofreram redução salarial por força do teto constitucional.
125/2011	SG	Solicita lista dos procuradores que requereram aposentadoria proporcional por tempo de serviço.

126/2011	SG	Solicita lista dos procuradores que são isentos do imposto de renda.
128/2011		Encaminha memorial da ANPR sobre o <i>layout</i> das salas de audiência e, principalmente, do Salão do Júri.
131/2011	PGR	Reencaminha minuta de projeto de lei que dispõe sobre a gratificação por exercício cumulativo de cargo, ofício ou função.
170/2011	SG	Solicita lista atualizada com o quantitativo de cargos vagos em primeira instância em razão de promoção.
368/2011	SG	Solicita análise da PGR sobre a possibilidade de ajustes administrativos entre a PGR e a Receita, para restituição em folha do IR sobre descontos indevidos em razão do pagamento de licença-prêmio.
370/2011	SG	Solicita informações sobre o procedimento de deliberação do Plan-Assiste.

REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS - 2012

Requerimentos Administrativos	Destinatário	Assunto	Andamento
Requerimento conjunto Frentas nº 001/2012	CNMP	Fracionamento de férias.	Pedido de Providências CNMP 1463/2012. Relator: Almino Afonso.
Requerimento conjunto Frentas nº 002/2012	PGR	Pedido de Preferência. Mandados de Injunção nº 2773 e 4068.	
Requerimento conjunto Frentas nº 003/2012	PGR	Carta Aberta – Desgaste da dignidade remuneratória dos membros do MPU.	

Requerimento conjunto Frentas nº 004/2012	PGR	Requer a indenização das férias não-fruídas no prazo de dois anos por necessidade do serviço.	
Requerimento conjunto Frentas nº 005/2012	Presidente do CNMP	Pedido de Providências – Requer o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.	
Requerimento Conjunto Frentas nº 006/2012	PGR	Requer a incidência da URV no recálculo da PAE, com incidência dos 11,98% sobre o valor do auxílio-moradia e seus reflexos no período de abril de 1994 a dezembro de 1997.	
001/2012	PGR	Auxílio moradia. Revisão da Portaria PGR 484/2006. Inclusão das regiões da Amazônia Legal e do semiárido, a fim de reconhecer que tais localidades apresentam condições de moradia particularmente onerosas. Alteração do critério de onerosidade excessiva.	Pedido deferido – Portaria 657/2012.
002/2012	PGR	Cumprimento da Portaria 443/08. Pagamento antecipado de diárias por itinerância.	Requerimento em análise.
003/2012	PGR	Revisão da Portaria 472/2008. Pagamento de diárias na forma do acórdão do TRF-1ª Região. Custeio de 50% do valor das diárias, ainda quando a União custeie despesas relativas ao transporte, hospedagem e/ou alimentação.	OFÍCIO MPF/ PGR/SG/Nº 6497 de 28/09/2012. Deferido. Portaria PGR/MPU 586/2012.
004/2012	PGR	Revisão da Portaria 484/2006, para inclusão do município de Santarém.	Pedido deferido – Portaria 657/2012
005/2012	PGR	Reiteração de requerimento administrativo. Concessão de ajuda de custo na remoção a pedido, novos precedentes (STJ e STF).	Ofício nº SG/PGR/MPF Nº 6473/2012 de 27/09/2012 – Mantve decisão e encaminhou cópia ao CNMP. Juntado ao Pedido de Providências CNMP 1415/2011–61.

006/2012	PGR	Revisão das Portarias PGR 537/2003, com a redação dada pela Portaria PGR 525/2006. Conversão da licença-prêmio em pecúnia.	26/09/2012 - Resposta-ofício nº 6474/2012 – Pedido indeferido: mantida remessa do quanto se pede para apreciação pelo CNMP. Pedido de Providências CNMP 1352/2012 –24. Relator: Fabiano Silveira.
007/2012	PGR	Indenização pelo exercício de atividade em área de fronteira.	Requerimento em análise.
008/2012	PGR	Elaboração dos cálculos para cumprimento do acórdão que reconheceu a não-incidência de imposto de renda sobre a parcela de auxílio-creche e compensação em folha do imposto de renda indevidamente recolhido.	Requerimento em análise.
009/2012	PGR	Pagamento retroativo. Diárias pagas em valor menor ao quanto estipula o acórdão do TRF-1ª Região.	Requerimento em análise.
010/2012	PGR	Extensão de prazo da licença adotante.	Requerimento em análise.
011/2012	PGR	Possibilidade de fruição da licença-prêmio por membros em estágio probatório.	Requerimento em análise.

CSMPF - 2012

PRESI/ANPR/ACA – 001/2012	Proposta de Resolução. Regras mínimas para o exercício do plantão.
---------------------------	--

OFÍCIOS – 2012

Ofício	Destinatário	Assunto
004/2012	Secretário da Receita Federal	Solicita adoção de providências para sanear problemas e liberar as restituições de 2008.
013/2012	SG	Solicita a inclusão no relatório encaminhado no ofício. MPF/PGR/SG nº 1616/2011 – promoções para PRR e subprocuradores-gerais ocorridas entre 2008 a 2011 .
014/2012	Secretária de Gestão de Pessoas	Solicita cópia da decisão administrativa proferida pelo STF que exclui a PAE do teto constitucional e a decisão do PGR que estendeu esta decisão a todos os membros do MPU.
017/2012	Conselheira do CSMPF	Encaminha requerimento de associado – indaga sobre a possibilidade de análise multidisciplinar pela PGR para verificar os riscos aos quais estão expostos os membros do MPF e possíveis medidas compensatórias/mitigatórias.
018/2012	SG	Em razão do pagamento de pecúlio, solicita a adoção das providências cabíveis para o recolhimento da mensalidade em dobro dos associados da ANPR.
020/2012	SG	Solicita informações relativas ao pagamento de auxílio moradia
022/2012	SG	Encaminha relatório da Comissão Temporária da ANPR para tratar de Auxílio moradia
029/2012	Secretaria de Concursos do MPF	Solicita informações acerca de abstenções em concurso público de procurador da República.

049/2012	SG	Solicita o cumprimento da decisão do PGR no PA 1.00.000.007395/2011-87.
050/2012	CSMPF	Solicita desoneração parcial (distribuição e/ou audiências) do vice-presidente e diretor Jurídico da ANPR para o exercício do mandato classista.
055/2012	SG	Solicita o acesso de membros aposentados a todos os serviços da biblioteca da PGR
118/2012	SG	Encaminha requerimento de associado.
125/2012	SG	Solicita informações para viabilizar atuação da ANPR, referente ao Pedido de Providências 1441/2011-90 CNMP.
129/2012	CSMPF	Resposta ao termo de deliberação do CSMPF, com consulta a eventual reconsideração do pedido original. Processo 1.00.001.000030/2012-01.
136/2012	Presidente da República	Encaminha nota técnica sobre o PL 2458/2011- que altera as Leis 12,037 e 7.210 (Execução Penal) para prever a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal, e dá outras providências.
137/2012	Subchefia de Assuntos Jurídicos da Presidência	Encaminha nota técnica sobre o PL 2458/2011- que altera as Leis 12,037 e 7.210 (Execução Penal) para prever a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal, e dá outras providências.

145/2012	SG	Solicita complemento à informação veiculada no Memorando nº 079/2012.
146/2012	SG	Solicita desconto em folha em duplicidade dos associados para pagamento de pecúlio estatutário.
152/2012	Presidente da Comissão de Ética Pública	Formato normativo referente ao Código de Ética.
163/2012		PGR Postula a criação de grupo de trabalho para atuação junto ao Congresso Nacional – PEC 37/2012.
174/2012	Comissão Temporária do Plan-Assiste	Análise e considerações da Comissão Temporária do Plan-Assiste
178/2012	Presidência da República	Indicação de José Eduardo Sabo Paes para compor a lista tríplice pelo Plenário do STJ.
179/2012	Ministra-chefe da Casa Civil	Indicação de José Eduardo Sabo Paes para compor a lista tríplice pelo Plenário do STJ.
180/2012	Ministro da Justiça	Indicação de José Eduardo Sabo Paes para compor a lista tríplice pelo Plenário do STJ.
219/2012	Presidência da República	Solicita sanção do PL 2057.
222/2012	Subchefia de Assuntos Jurídicos da Presidência da República	Solicita sanção do PL 2057.
223/2012	Ministro da Justiça	Solicita sanção do PL 2057.
272/2012	SG	Solicita informações para viabilizar atuação da ANPR, referente ao Pedido de Providências 1441/2011-90 (CNMP).
297/2012	SG	Solicita informações para viabilizar atuação da ANPR, referente ao Pedido de Providências 1441/2011-90.
337/2012	PGR	Encaminha solicitação de associado.

348/2012	Conselheiro CNMP	Considerações acerca da imperativa recomposição da defasagem salarial dos membros do Ministério Público, tendo em vista deliberação do Conselho no sentido de elaborar nota técnica.
351/2012	PGR – Presidente do CSMPF	Considerações acerca da imperativa recomposição da defasagem salarial dos membros do Ministério Público.
352/2012	Conselheira do CSMPF	Considerações acerca da imperativa recomposição da defasagem salarial dos membros do Ministério Público.
353/2012	Corregedor do MPF	Considerações acerca da imperativa recomposição da defasagem salarial dos membros do Ministério Público.
354/2012 a 361/2012	Conselheiros do CSMPF	Considerações acerca da imperativa recomposição da defasagem salarial dos membros do Ministério Público.
362/2012	PFDC	Considerações acerca da imperativa recomposição da defasagem salarial dos membros do Ministério Público.
363/2012 a 367/2012 e 373/2012	Câmaras de Coordenação e Revisão	Considerações acerca da imperativa recomposição da defasagem salarial dos membros do Ministério Público.
368/2012 a 380/2012	Conselheiros do CNMP	Considerações acerca da imperativa recomposição da defasagem salarial dos membros do Ministério Público.
381/2012	Ministro do STF – Joaquim Barbosa	Considerações acerca da imperativa recomposição da defasagem salarial dos membros do Ministério Público.
388/2012	SG	Solicita informações acerca do auxílio-alimentação.
389/2012	Vice procuradora-geral	Considerações acerca da ADI 3834/DF.

391/2012	Parlamentares	Considerações acerca da imperativa recomposição da defasagem salarial dos membros do Ministério Público.
392/2012	Secretário-geral da Procuradoria Geral de Justiça no Estado do Ceará	Resposta ao Ofício nº 2754/2012/ GAB/PGJ/CE.
394/2012	PGR	Unificação – ASSTTRA.
416/2012	Presidente da ANPT	Encaminha representação enviada pelo SINDIPOL/DF.
417/2012	Procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região	Encaminha representação enviada pelo SINDIPOL/DF.
007/2013	SG	Indaga sobre a quantidade de auxílios-moradia pagos atualmente à luz do critério da onerosidade excessiva.
008/2012	Dr. José Leovegildo de Morais	Encaminha desistência da ação ajuizada para discutir a incidência de juros de mora sobre a PAE.

REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS – 2013

Requerimentos Administrativos	Destinatário	Assunto	Andamento
001/2013	PGR	Adicional por atividade penosa. Extensão da Portaria PGR/MPU nº 633/2010 aos membros do MPF, bem como o pagamento retroativo das parcelas, desde a entrada em vigor da referida portaria (1º de janeiro 2011).	OFÍCIO PGR/ GAB Nº 295 de 08/03/2013. Pedido indeferido.

002/2013	PGR	Requer a edição de portaria para regulamentar a concessão de diárias internacionais em valor não inferior ao mínimo legal estabelecido na LC 75/93, devendo ser fixados os valores correspondentes em euros, caso	Requerimento em análise.
003/2013	PGR	Adicional de Insalubridade – membros lotados na Procuradoria da República no Estado do Piauí, no período de 13 de março a 28 de maio de 2012.	OFÍCIO PGR/ GAB Nº 296 de 08/03/2013. Pedido indeferido.
004/2013	PGR	Sugestão de emenda ao Regimento Interno do STJ, no sentido de estabelecer a alternância no preenchimento de vaga destinada ao Ministério Público entre o Ministério Público Estadual (mais MPDFT) e o Ministério Público Federal.	Requerimento em análise.

OFÍCIOS – 2013

Ofício	Destinatário	Assunto
015/2013	SG	Solicita lista com o nome dos procuradores da República, procuradores regionais da República e subprocuradores-gerais aposentados nos últimos cinco anos.
018/2013	Procuradora-geral do MPDFT	Encaminha Ofício 115/2012 ANAJUS ao PGJ MPDFT
019/2013	Procurador-chefe da PR/PR	Encaminha mídia digital que relata a possível prática de ilícito.
025/2013	PGR	Encaminha memorial ao PGR sobre os mandados de injunção 2773, 4068 e 5017 – recomposição das perdas inflacionárias ocorridas nos anos de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.
037/2013	SG	Solicita cópias dos editais de concurso de remoção ocorridos após 12 de junho de 2012, bem como os resultados.

042/2012	Líder do Partido Republicano Brasileiro na Câmara dos Deputados	Encaminha nota técnica da ANPR em favor da aprovação da PEC 438/2001.
050/2013	Conselheiro do CNJ	Reitera solicitação encaminhada por meio da manifestação ANPR-PRESI-ACA nº 002/2012, referente a Resolução nº 154/2012 do CNJ.
051/2013	SG	Solicita informações acerca do cômputo do tempo ficto de 17% previsto na EC 20/98.
056/2013	Diretor-Geral da Polícia Federal	Apresenta recurso de associado.
059/2013	Dr. José Leovegildo de Morais	Encaminha documentos relativos à ação que postula a não-incidência de imposto de renda sobre a PAE.
060/2013	Coordenadora da Secretaria de Acompanhamento Documental e Processual	Solicita dados de aposentados
082/2013	Ministro da Justiça	Manifestação de apoio ao subprocurador-geral Francisco Xavier para vaga no STJ.
083/2013	Presidente da República	Manifestação de apoio ao subprocurador-geral Francisco Xavier para vaga no STJ.

ASSESSORIA JURÍDICA – ATUAÇÃO JUDICIAL E PERANTE O CNJ E CNMP

CNMP - 2011

Memorial/ Manifestação	Assunto
2011-001	Manifestação. Sugestão de proposta de emenda à Resolução Nº 58, de 20 de julho de 2010. Concessão de diárias.
2011-002	Manifestação conjunta. Sugestão à proposta de resolução que institui o cadastro de membros do Ministério Público.
2011-003	Memorial. Pedido de Providências 532/2010-27. Proposta de unificação das normas disciplinares para os membros do MPU e MP dos estados.

2011-004	Memorial. Pedido de Providências 2368/2010-92. Defesa da prerrogativa de assento do membro do <i>parquet</i> na forma da legislação prevista.
2011-005	Memorial. Pedido de Providências 738/2011-8. Recomendação.
2011-006	Manifestação. PCA 1.104/2008-05. Vantagens pessoais. Teto remuneratório. EC 41/2003.
2011-007	Manifestação. Pedido de Providências 1.392/2011-95.
2011-008	Recurso Interno. Pedido de Providências 738/2011-8. Recomendação.
2011-009	Manifestação. Pedido de Providências 1.415/2011-31. Ajuda de custo na remoção a pedido.
2011-010	Memorial. Sindicância 0.00.000.001355/2011-87.

PETIÇÕES - 2011

Petições	Órgão	Assunto
2011/001-ANPR/PRES/ACA	STF	MS 27425 – Pedido de prioridade na tramitação e no julgamento.
2011/002 – ANPR/PRES/ACA	TRF 1ª Região	Apelação Cível – Nº 2007.34.00.037755-1/DF – Pedido de prioridade na tramitação e no julgamento.
2011/003 – ANPR/PRES/ACA	Justiça Federal	Procedimento Ordinário – Nº 2009.34.00.014245-6/DF – Pedido de prioridade na tramitação e no julgamento.
2011/004 – ANPR/PRES/ACA	TRF 1ª Região	Apelação e reexame necessário – Nº 2009.34.00.016465-7/DF - Pedido de prioridade na tramitação e no julgamento.
2011/005 – ANPR/PRES/ACA	TRF 1ª Região	Apelação Cível – Nº 0000709-88.2006.4.01.3903-PA – Pedido de prioridade na tramitação e no julgamento.

OUTROS ÓRGÃOS - 2011

Memorial	Destinatário	Assunto
2011-001	Vice-procuradora Eleitoral	Memorial. PET 33275. Visa à interpretação e/ou alteração pontual da Resolução TSE 21.009/2002. Exercício das funções eleitorais. Juízes de Direito e juiz Federal.

001-2011	TRF 1ª Região	Memorial. Apelação cível 000095-46.2002.4.01.3200 (2002.32.00.000952-1). Ajuda de custo na remoção a pedido.
001-2011	CNJ	Memorial. <i>Layout</i> das salas de audiência. Assento. Membro do Ministério Público. Procedimento Administrativo 0000422-19.2011.2.00.0000.
Manifestação	Órgão	Assunto
PRESI-ANPR-ACA nº 001/2011	OAB	Manifestação. Resposta ao Ofício nº 019/2011-CEOAB/RS. <i>Layout</i> das salas de audiência.

CNMP - 2012

Manifestação	Assunto
001-2012	Manifestação. Sugestão de emenda modificativa – Proposta de Resolução sobre o atendimento ao público e aos advogados por parte dos membros do Ministério Público.
002/2012	Pedido de Preferência 0237/2012-32.
003/2012	Pedido de Preferência 1415/2011-61.

OUTROS ÓRGÃOS – 2012

Manifestação	Órgão	Assunto
PRESI-ANPR-ACA nº 001-2012	CNJ	Processo nº 0000422-19.2011.2.00.0000. <i>Layout</i> das salas de audiência. Assento. Membro do Ministério Público.
PRESI-ANPR-ACA nº 002-2012	CNJ – Conselheiro Wellington Cabral Saraiva.	Resolução nº 154/2012 CNJ. Destinação das penas de prestação pecuniária, impostas na suspensão condicional do processo e na transação penal.
PRESI-ANPR-ACA - 003/2012	CSMPF	Sugestão de Emenda Supressiva – Anteprojeto de Resolução 43, de 6 de julho de 2012. Critérios para a elaboração estatística de demanda e de produtividade do membro do Ministério Público Federal e dá outras providências.
Memorial ANPR	Órgão	Assunto

Memorial MS 31618	STF	Mandado de Segurança 31.618. Autonomia orçamentária e financeira do Ministério Público.
Memorial RE 593727	STF	Recurso Extraordinário 593727. Poder investigatório do Ministério Público.

STF - 2013

Memoriais	Assunto
Memorial PRESI-ANPR-ACA nº 002/2013	Mandado de Segurança 2.773. Subsídio. Recomposição das perdas inflacionárias ocorridas nos anos de 2006, 2007 e 2008.
Memorial PRESI-ANPR-ACA nº 003/2013	Mandado de Segurança 4.068. Subsídio. Recomposição das perdas inflacionárias ocorridas no ano de 2010.
Memorial PRESI-ANPR-ACA nº 004/2013	Mandado de Segurança 5.017. Subsídio. Recomposição das perdas inflacionárias ocorridas no ano de 2011.

CNMP - 2013

Memorial PRESI-ANPR-ACA nº 001/2013	Pedido de Providência 0.00.000.000237/2012-32. Fracionamento de férias.
Manifestação PRESI-ANPR-ACA nº 001/2012	Memorial. Proposta de Resolução – Processo 1.374/2012-94. Disciplina o exercício da atividade político-partidária e de cargos públicos por membros do Ministério Público.
Manifestação PRESI-ANPR-ACA nº 002/2013	Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público.
Manifestação PRESI-ANPR-ACA nº 006/2013	Pedido de Providências 1.441/2011-90. Requer o ingresso da ANPR no feito.
Manifestação PRESI-ANPR-ACA nº 008/2013	Pedido de Providências 1.415/2011-61 – Ajuda de custo na remoção a pedido – precedentes CJF e CNJ.
Memorial PRESI-ANPR-ANPT nº 009/2013	Pedido de Providências 1415/2011-61 – Ajuda de custo na remoção a pedido.
Memorial PRESI-ANPR nº 010/2013	Pedido de Providências 1352/2012-24 – Conversão de licença prêmio em pecúnia.

OUTROS ÓRGÃOS - 2013

Manifestação	Órgão	Assunto
Manifestação PRESI-ANPR-ACA nº 001/2013	CNJ	Pedido de Providências 0003529-37.2012.2.00.0000 – Requer o ingresso como interessado no procedimento e submete à análise do CNJ fatos e fundamentos relativos à imposição a membro do Ministério Público de procedimento de revista para o ingresso em sala de audiências.
ATUAÇÃO INSTITUCIONAL – FUNDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA (FAJ)		
Procedimentos em curso		61
Ano		Número de pareceres em procedimentos internos
2011		45
2012		47
Até abril de 2013		5

OUTRAS ATIVIDADES

Além dessas medidas, a Assessoria Jurídica realizou as seguintes atividades:

- Análise de todos os contratos e convênios firmados pela ANPR;
- Acompanhamento de todas as ações judiciais movidas pela ANPR e intermediação de contato com os advogados responsáveis;
- Acompanhamento das ações relativas ao FAJ e contato com advogados para promoção dos pagamentos necessários;
- Intermediação do contato entre os associados interessados na promoção da retificação de Declaração de Imposto de Renda com Escritório de Contabilidade;
- Acompanhamento do processo para realização de Assembleia Geral Extraordinária para arrecadação de propostas de honorários, de contratação de escritório de advocacia, acompanhando a propositura da ação judicial e seus desdobramentos;
- Auxílio, no que for necessário, para o desenvolvimento das atribuições das Comissões Permanentes e Temporárias da ANPR;
- Além disso, a Assessoria Jurídica ainda promoveu, em 2012, a digitalização de todos os procedimentos de acompanhamento do referido setor e a migração para o sistema de acompanhamento processual (A1B2).

Relatório de Gestão

**Assessoria
Parlamentar**

Uma das metas da gestão, foi estreitar o relacionamento com os parlamentares, seja por meio de seu presidente, vice-presidente e diretores, seja com a participação de procuradores da República em comissões do Congresso Nacional. A contribuição deu-se de forma propositiva para o desenvolvimento do arcabouço jurídico do país, colocando a serviço de deputados e senadores federais a notória expertise dos membros do MPF nos mais variados temas de atuação do Poder Legislativo.

Mais de 80 notas técnicas foram entregues aos autores e relatores das proposições. Fazendo frente ao Congresso Nacional, o presidente da ANPR, Alexandre Camanho, reuniu-se com inúmeros parlamentares e líderes de partidos.

Entre outras propostas, o vice-presidente da ANPR, José Robalinho Cavalcanti, contribuiu para elaboração de nota técnica sobre organizações criminosas (PL 6578/09) e sobre repatriação de capitais (PL 113/2003), além de ter acompanhado diversas comissões, representando a ANPR.

Da mesma forma, o diretor de Assuntos Jurídicos da ANPR, Vladimir Aras (PR/BA), entre outras ações, foi o autor das notas técnicas sobre: o Marco Civil da Internet, PL 2126/2011(5403/2001); o projeto do Ciber Crimes, PL 84/1999; e o projeto sobre Lavagem de Dinheiro, PLS 209/2003, que foi encaminhado à presidente da República com sugestão de veto ao art. 17 D.

A procuradora da República Eugênia Augusta (PRR3) Gonzaga, que é colaboradora do Grupo de Trabalho de Inclusão para Pessoas com Deficiência, ajudou na nota técnica do PLN 8035/10 – Plano Nacional de Educação – e a procuradora da República Zélia Pierdoná (PRR3) apresentou relevantes fundamentos que foram apresentados na nota técnica referente à previdência complementar dos servidores públicos, o PL 1992/2007.

Já o procurador da República Antonio Carlos Welter (PR/RS) colaborou pedindo à Casa Civil que o PL 2458/2011, aprovado no Câmara dos Deputados, fosse sancionado na sua forma integral. O projeto 4484/2012, que trata da Ação Civil Pública, teve a participação do procurador da República Hélio Telho (PR/GO), que enviou sugestões à aprovação da proposta. A nota técnica foi entregue ao relator, deputado Vieira da Cunha (PDT-RS).

Outra forma de atuação da ANPR foi a parceria

junto aos deputados nos votos em separado, uma vez que o regimento permite que um parlamentar discorde do relatório apresentado, elaborando a sua versão por meio de outro voto. Podemos destacar o PL 7193/2010 – investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia –, o PL 1843/11 – que permite à autoridade policial a lavratura do auto de prisão em flagrante –, o PL 947/2007 – que tipifica o crime de violação de sigilo investigatório –, o PL 891/2011 – sobre utilização de redes de serviços de telefonia móvel para a localização de pessoas desaparecidas –, a PEC 498/10 – que prevê relatórios semestrais do CNMP – e a PEC 37/2011 – investigação privativa por delegado de polícia –, totalizando seis votos em separado.

Teve destaque a comissão criada pela ANPR para o envio de sugestões à reforma do Código Penal, em tramitação no Senado Federal (PLS 236/2012). Já na Câmara, a reforma do Código de Processo Civil contou com a participação dos procuradores da República Sérgio Cruz Arenhart (PRR4) e Odim Brandão (PGR).

Em 2012, com o objetivo de chamar a atenção para a gravidade Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2011, promotores, procuradores da República, procuradores-gerais de Justiça e parlamentares reuniram-se em Brasília para defender o poder de investigação criminal do Ministério Público. Após o lançamento da campanha Brasil Contra a Impunidade, os presidentes das Associações do MP dirigiram-se ao então presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT/RS), para entregar a Carta de Brasília contra a proposta. Ao todo, foram apresentadas três notas técnicas e um voto em separado para a proposta.

A PEC 37/2011 foi aprovada em Comissão Especial e seguirá para votação no Plenário da Câmara dos Deputados para então ser enviada ao Senado Federal. Colaborando com esta Associação, o deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ) apresentou voto em separado feito pela ANPR.

Em 2011, cerca de 1,4 mil integrantes do Ministério Público e do Judiciário marcharam do Congresso Nacional até o Supremo Tribunal Federal com o intuito de chamar a atenção de parlamentares e governo para a defasagem dos subsídios, além de clamar por um plano de valorização da carreira. Os manifestantes foram recebidos pelos então presidentes da Câmara,



Senador José Sarney (PMDB/AP) recebe a diretoria da ANPR



Reunião sobre a PEC 37/2011 com o Deputado Fábio Trad (PMDB/MS)



Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)



O vice-presidente, José Robalinho, discursa na Câmara



Audiência pública sobre combate à corrupção



Senador José Pimentel (PT/CE)

Marco Maia (PT-RS), e do Senado Federal, José Sarney (PMDB-AP), e entregaram um manifesto contendo as reivindicações dos membros do Judiciário e do Ministério Público.

A ANPR, atenta aos direitos dos associados e buscando auxiliar o procurador-geral da República, fez diversas reuniões para resolver a questão remuneratória. Esses encontros resultaram em cinco projetos que foram encaminhados ao Congresso Nacional, relativos à carreira de membros e servidores do Ministério Público da União;

PL 2.200/2011 – Dispõe sobre a criação do quadro de pessoal, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União, e dá outras providências.

PL 2.199/2011 – Dispõe sobre as carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração, revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006 e dá outras providências.

PL 2.202/2011 – Dispõe sobre a criação de cargos de membro e cargos em comissão, no âmbito do Ministério Público Federal.

PL 2.201/2011 – Institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros do Ministério Público da União, e dá outras providências.

PL 2.198/2011 – Dispõe sobre o subsídio do Procurador Geral da República.

Fundamental foi a presença do Presidente da ANPR, Alexandre Camanho, em audiências com os parlamentares, totalizando 42 reuniões no Congresso Nacional.

A ANPR, com o objetivo de estimular a interlocução entre Colégio de Delegados e parlamentares, elaborou “Perfil Parlamentar” contendo informações de projetos a serem discutidos e notas técnicas feitas pela Associação, além de detalhes pessoais dos parlamentares. Ressalta-se aqui a atuação dos estados do Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Sergipe, na solicitação deste serviço.

Em 2012, as votações no Congresso Nacional

ficaram restritas devido às Eleições. Os esforços conjuntos foram fundamentais para o trabalho da Associação no âmbito do Legislativo durante o ano.

A Assessoria Parlamentar esteve presente, regularmente, posicionando-se com firmeza diante das votações nas comissões do Congresso Nacional, de projetos de interesse da categoria. Foram acompanhados, ao todo, cerca de 111 projetos nas mais variadas áreas. Destes, alguns viraram lei:

- PL 3.937/2004 – Inclui práticas comerciais, como a infração à ordem econômica; altera critérios para notificação sobre o ato de concentração e para instrução e apreciação do processo por parte da SEAE, SDE e CADE, órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC. Transformado na Lei Ordinária 12.529/2011
- PL 2.458/2011- Altera as Leis nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, e nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal e dá outras providências. Transformado na Lei Ordinária 12654/2012
- PL 7.749/2010 – Dispõe sobre o subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no art. 48, XV, da Constituição Federal, e dá outras providências. Transformado na Lei Ordinária 12771/2012
- PL 7.753/2010 – Dispõe sobre o subsídio do procurador-geral da República, referido no inciso XI do art. 37 e no § 4º do art. 39, c/c o § 2º do art. 127 e a alínea “c” do inciso 1 do § 5º do art. 128, todos da Constituição Federal, e dá outras providências. Transformado na Lei Ordinária 12.770/2012
- PL 3.443/2008 – Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Transformado na Lei Ordinária 12.683/2012
- PL 1.992/2007 – Institui o regime de previdência complementar para os



Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público



Frentas reúne-se com o Deputado Gilmar Machado (PT/MG)



Senador Renan Calheiros (PMDB AL), Fabiano Silveira (CNMP) e Senador Gim Argello (PTB/DF)



Deputado Lincoln Portela (PR/MG)



Senador Pedro Taques (PDT/MT)

- servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – FUNPRESP – e dá outras providências. Transformado na Lei Ordinária 12.618/2012
- PL 1.876/1999 – Dispõe sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, exploração florestal e dá outras providências. Transformado na Lei Ordinária 12.651/2012
 - PL 84/1999 – Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, suas penalidades e dá outras providências. Transformado na Lei Ordinária 12735/2012
 - PLC 03/2010 – Dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera os Decretos-Lei n°s 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis n°s 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências. Transformado na Lei Ordinária 12694/2012

Relatório de Gestão

**Responsabilidade
Social**

A Diretoria da ANPR contabilizou também avanços na área de Responsabilidade Social. A Associação fechou acordos importantes com o objetivo de apoiar causas humanistas e solidárias.

Em parceria com a ONG Viva Rio, foram promovidas as campanhas “Salvando vidas, gota a gota” (doação de sangue), “Inverno Quente 2012” (doação de agasalhos), “Criança Feliz, Natal Feliz” e “Solidariedade às vítimas das chuvas no RJ”. No Distrito Federal, a “Campanha do Agasalho” foi feita em conjunto com a PGR, a PRR1, a PR/DF, a Fundação Pedro Jorge e a Associação dos Servidores do MPF. Duas entidades assistenciais - o Lar dos Velhinhos Maria Madalena e o Larzinho Chico Xavier - receberam cerca de 450 peças de roupa.

Outra ação cooperativa, realizada em conjunto com o Instituto de Fiscalização e Controle (IFC) - também parceiro da ANPR -, foi a edição da “Caravana da Cidadania” ocorrida em Marília (SP) e a “Corrida e caminhada venceremos a corrupção”, em Brasília. Já da parceria fechada com o Greenpeace, renderam apoio e subsídios para os debates realizados durante o XXIX Encontro Nacional dos Procuradores da República (ENPR) sobre desenvolvimento sustentável.

Foram firmados acordos de cooperação com diversas entidades significativas para o cenário

da Responsabilidade Social no país como a Escola da Gente e a ONU Mulheres. A Central Única das Favelas do Distrito Federal também é uma delas e conta com a Associação para organizar ações como oficinas, workshops, palestras e trabalhos de campo, voltadas para as comunidades carentes do entorno de Brasília, em projetos como “Jovem de Expressão” e “Conte até 10”.

A Associação passou a apoiar ainda a ONG “Médicos Sem Fronteiras” - organização mundialmente conhecida por levar ajuda a vítimas de catástrofes, conflitos armados, fome e epidemias -, por meio da divulgação de campanhas da entidade para os associados.

No final do ano passado, a ANPR convidou os membros e servidores lotados na Procuradoria Geral da República, que participaram da campanha de Natal “Papai Noel dos Correios”. Cartinhas de crianças com pedidos enviados ao Papai Noel ficaram disponíveis na sede da Associação para os associados e servidores que compraram os presentes, de acordo com os pedidos de Natal.

No momento, estão em processo de formalização parcerias com a Unesco, a Abrace, a Cruz Vermelha, a ONU Habitat, a Fundação Abrinq, a SOS Mata Atlântica, o Instituto Socioambiental, o CNI e a Auditoria Cidadã da Dívida.

Instituições Parceiras:

Fundação Pedro Jorge de Melo e Silva
Instituto Innovare
Viva Rio
Escola de Gente
ONU Mulheres
Instituto de Fiscalização e Controle – IFC
CUFA – DF
Médicos sem Fronteiras
Instituto Mundial para as Relações Internacionais
Greenpeace



Camanho participa de debate com jovens da Central Única das Favelas do DF



ONG Viva Rio



Onu Mulheres



Greenpeace

Projetos realizados com sucesso:

1) Premiação do Instituto Innovare:

- Objetivo: identificar, premiar e disseminar práticas inovadoras realizadas por magistrados, membros do Ministério Público estadual e federal, defensores públicos e advogados públicos e privados de todo Brasil, que estejam aumentando a qualidade da prestação jurisdicional e contribuindo com a modernização da Justiça Brasileira. As práticas identificadas demonstram o rico e diversificado trabalho que vem sendo realizado e o acervo é disponibilizado no Banco de Práticas deste portal, podendo ser consultado gratuitamente por todos os interessados.

- Edição VIII – 2011 (participação do Presidente)

- Edição IX – 2012 (participação do Vice-Presidente)

2) Viva Rio:

- Campanha “Criança Feliz, Natal Feliz”: (Edição Dezembro/2011 e Dezembro/2012): Consistiu na arrecadação de brinquedos em geral (novos e/ou usados) para doação a moradores de comunidades de baixa renda do Rio e Grande Rio.

- Campanha “Salvando Vidas”: (Outubro/2012) Consistiu na doação de sangue através de visita dos Agentes Comunitários da Saúde da Clínica da Família (PSF) do Rio de Janeiro.

- Campanha “Inverno Quente”: (Junho a Julho/2012) Consistiu na arrecadação de agasalhos, cobertores e roupas de frio (novos e usados), destinadas às comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro.

- Campanha “Solidariedade às vítimas das chuvas no Rio de Janeiro”: (Janeiro/2013) Consistiu na arrecadação de dinheiro com objetivo de ajudar aos desabrigados da enchente e chuvarada da Baixada Fluminense.

3) CUFA/DF:

- Programa “Jovem de Expressão”: (Maio/2012) O Presidente da ANPR levou o trabalho dos procuradores da República ao conhecimento de jovens da cidade de Ceilândia, por meio de palestra e distribuição da cartilha “Diretrizes para uma polícia cidadã” da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.

- Campanha “Conte até 10”: (Dezembro/2012) Trata-se de Campanha lançada pelo CNMP, que consistiu em levantamento de homicídios por impulso e por motivo fútil. E a ANPR, como apoiadora, distribuiu o material à CUFA/DF para auxílio na divulgação.

4) Médicos sem Fronteiras:

- Divulgação de e-mail marketing: (Maio/2012) Apoio permanente à organização mundialmente conhecida por levar ajuda a vítimas de catástrofes, conflitos armados, fome e epidemias, por meio de divulgação nos informativos internos.

5) IFC:

- Caravana da Cidadania: (Abril/2012) Consiste na visita de municípios, com foco no combate à corrupção, no atendimento à população e na emancipação de auditores locais, com vistas ao bom emprego do dinheiro público e à correta prestação dos serviços públicos. Esta edição foi realizada em Marília/SP, e a ANPR foi representada pelo Dr. Jefferson Aparecido Dias.

- Corrida e Caminhada Venceremos a Corrupção: (Novembro/2012) O evento levou um cunho de protesto, já que na data foi celebrado o Dia Internacional Contra a Corrupção.

6) ANPR, PGR, PRR1, PR/DF, Fundação Pedro Jorge e Associação dos Servidores do MPF:

- Campanha do Agasalho: (Junho/2012) Consistiu na arrecadação de agasalhos, cobertores e roupas de frio (novos e usados), destinadas a duas entidades assistenciais do entorno de Brasília.

7) Correios/DF:

- Campanha “Realize um sonho de Natal”: (Dezembro/2012) Consistiu na distribuição de cartinhas com pedidos de crianças carentes para o Natal. Teve a participação de procuradores e servidores da PGR.

8) Greenpeace:

- XXIX Encontro Nacional dos Procuradores da República (ENPR): (Outubro/2012) Apoio para os debates realizados sobre desenvolvimento sustentável.

**Instituições Parceiras – em processo de formalização:
(até o presente momento)**

UNESCO
ABRACE
Cruz Vermelha
Anistia Internacional
ONU Habitat
Fundação Abrinq
SOS Mata Atlantica
ISA – Instituto Socioambiental
ICOMOS (Patrimonio Cultural)
Sistema Indústria
Auditoria Cidadã da Dívida (Patrimonio Público)

Relatório de Gestão

**I Prêmio República
de Valorização
do Ministério Público Federal**

O Prêmio República de Valorização do Ministério Público Federal

surgiu com o propósito de identificar, reconhecer e divulgar as atuações bem sucedidas do órgão que contribuam para a realização da Justiça; além de dar visibilidade às ações de sucesso do MPF em favor da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Somente membros do MPF podem participar, em caráter individual ou coletivo, nas seguintes categorias:

- I – Constitucional e Princípios Institucionais
- II – Criminal e Controle Externo da Atividade Policial
- III – Consumidor e Ordem Econômica
- IV – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural
- V – Patrimônio Público e Social
- VI – Índios, Comunidades Tradicionais e Minorias
- VII – Direitos do Cidadão

Na primeira edição, as inscrições ocorreram entre os dias 8 de fevereiro de 2013 e 28 de fevereiro de 2013. A Comissão Julgadora analisou as ações inscritas no período de 14 de março a 14 de abril. No dia 15 de abril, ocorreu no Centro de Eventos e Convenções Brasil XXI, em Brasília, a Reunião de Julgamento. Foram distribuídas 38 inscrições aos seguintes membros da Comissão Julgadora:

- 1) Presidente da ANPR - Alexandre Camanho de Assis
- 2) Vice-Presidente da ANPR - José Robalinho Cavalcanti (Procurador da República no DF)
- 3) Diretora Cultural da ANPR - Monique Cheker de Souza (Procuradora da República no RJ)
- 4) Procurador-Geral da República - Roberto Monteiro Gurgel
- 5) Ministro-Presidente do STF - Joaquim Barbosa
- 6) Ministro do STJ - Herman Benjamin

Após debater sobre as ações, a Comissão escolheu os três finalistas e ganhadores de cada categoria (enumerados por ordem de classificação):

1) Constitucional e Princípios Institucionais:

- André de Carvalho Ramos (Procurador Regional da República da 3ª Região)
- Renato Brill de Góes (Procurador Regional da República da 1ª Região)

2) Criminal e Controle Externo da Atividade Policial:

- Luiza Cristina Fonseca Frischeisen (autoria coletiva) - Impossibilitada de comparecer, foi representada por Daniel de Resende Salgado (Procurador da República em Goiás)
- Ivan Claudio Marx (Procurador da República no Rio Grande do Sul) e Sérgio Gardenghi Suiama (Procurador da República em São Paulo)
- José Guilherme Ferraz Costa (Procurador da República no Rio de Janeiro)

3) Consumidor e Ordem Econômica:

- Sérgio Monteiro Medeiros (Procurador Regional da República da 3ª Região)
- Fernando de Almeida Martins (Procurador da República em Minas Gerais)
- Alice Kanaan (Procurador Regional da República da 3ª Região)

4) Meio Ambiente e Patrimônio Cultural:

- Daniel César Azeredo Avelino (Procurador da República no Pará)
- Eduardo Santos de Oliveira (Procurador da República no Município de Campos)
- José Augusto Torres Potiguar (Procurador da República no Pará)

5) Patrimônio Público e Social:

- Pedro Antônio de Oliveira Machado (Procurador da República no Município de Bauru)
- Daniela Pereira Batista Poppi (Procuradora da República no Município de Franca)

6) Índios, Comunidades Tradicionais e Minorias:

- Anelise Becker (Procuradora da República no Município de Rio Grande)
- Felício Pontes Júnior (Procurador da República no Pará - autoria coletiva)
- Felipe da Silva Muller (Procurador da República no Município de Santo Ângelo)

7) Direitos do Cidadão:

- André Carlos de Amorim Pimentel Filho (Procurador da República no Espírito Santo)
- Marlon Alberto Weichert (Procurador Regional da República da 3ª Região)



Vencedores do I Prêmio República de Valorização do Ministério Público Federal

- Gisele Elias de Lima Porto Leite (Procuradora da República no Rio de Janeiro) e Aline Mancino da Luz Caixeta (Procuradora da República no Rio de Janeiro)

A Cerimônia de Premiação ocorreu no dia 26 de abril de 2013, na Sala Juca Chaves do Centro de Eventos e Convenções Brasil XXI, onde os primeiros colocados de cada categoria foram contemplados com troféu “República”. Foi realizado o sorteio de prêmios adicionais, em parceria com a Dynamus Club:

- Pacote de hospedagem no Hotel Transamérica Ilha de Comandatuba, com direito a acompanhante;
- Blu-ray/DVD da Philips;
- Adega de vinho Eletrolux;
- TV Led 32” Philips.

As ações premiadas estão disponíveis no site do Prêmio: www.anpr.org.br/premiorepublica.

